UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

Dissertação de Mestrado

SOBRE A CONFIABILIDADE DAS INTUIÇÕES PARA SUSTENTAR PREMISSAS DE ARGUMENTOS FILOSÓFICOS

Bruna Schneid da Silva

Pelotas, 2020

Bruna Schneid da Silva

SOBRE A CONFIABILIDADE DAS INTUIÇÕES PARA SUSTENTAR PREMISSAS DE ARGUMENTOS FILOSÓFICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo

Pelotas, 2020

Bruna Schneid da Silva

SOBRE A CONFIABILIDADE DAS INTUIÇÕES PARA SUSTENTAR PREMISSAS DE ARGUMENTOS FILOSÓFICOS

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: outubro de 2020.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo

(IFISP/UFPEL)

_____

Prof. Dr. Evandro Barbosa doutor em Filosofia

(IFISP/UFPEL)

_____

Prof. Dr. José Leonardo Annunziato Ruivo

(UEMA)

Em memória de Elemar Schneid.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer em primeiro lugar as pessoas que me deram condições físicas e psicológicas de estar hoje escrevendo estes agradecimentos. A minha família, a minha vó Liane Mackedanz Schneid que me apontou com graça os caminhos a não serem traçados, ao meu avô Elemar Schneid, em memória, que me mostrou que na vida é necessário ser firme e a minha mãe Graciela Mackedanz Schneid que me deu todo o apoio que eu precisei em todas as escolhas que decidi manter, e a todos os parentes que com muita comida e jogatina mantiveram minha sanidade.

Quero também agradecer a todas as mulheres que me serviram de motivação e inspiração para seguir a trajetória acadêmica. Em especial a Ana Paula Vasconcellos que se faz sempre disponível para acalmar meus tormentos. Reconheço nos amigos a graça por todo o apoio e atenção que me prestaram, e que tanto exijo.

Devo o reconhecimento ao meu orientador Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo que me proporcionou a oportunidade de conhecer a prática filosófica me orientando desde a iniciação científica. Agradeço ao amigo e professor Carlos Miraglia por todos os longos debates que renderam muitas páginas deste trabalho. E também a Alexandra Elbakyan criadora do Sci-Hub, que possibilitou o acesso aos textos utilizados em minha dissertação. Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer aos professores Dr. Evandro Barbosa, Dr. João Hobuss e a Drª. Flávia Carvalho Chagas por todas as discussões profícuas em suas aulas, bem como aos meus colegas de mestrado que proporcionaram tais discussões.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

“All truths wait in all things […] Logic and sermons never convince,

The damp of the night drives deeper into my soul […] ”

(Walter Whitman)

RESUMO

SCHNEID, Bruna. Sobre a confiabilidade das intuições para sustentar premissas de argumentos filosóficos. 104f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020**.**

As intuições desempenham um papel peculiar na atividade filosófica seja enquanto evidências para premissas de argumentos filosóficos, seja enquanto julgamentos obtidos como resultados de casos hipotéticos. Seu status probatório, contudo, é bastante controverso. Nosso objetivo neste trabalho é de analisar se as intuições são um instrumento confiável para a prática filosófica. Algumas questões precisam ser desenvolvidas para esclarecer o status probatório das intuições. Os filósofos contemporâneos buscam investigar o papel que as intuições adquirem ao denotar um caráter autônomo e autoritativo para a filosofia. As intuições podem ser compreendidas enquanto *a priori*, o que as coloca em uma relação autoritativa e autônoma à ciência. Podendo ainda, serem compreendidas enquanto *a posteriori* o que as coloca em uma relação de continuidade com as ciências. Alguns autores que endossam a perspectiva *a priori* compreendem a ontologia das intuições enquanto a posse de conceitos de classificação. Enquanto alguns autores que defendem a perspectiva *a posteriori* compreendem a ontologia das intuições enquanto "tipos naturais". A caracterização das intuições seja enquanto posse de conceito, seja enquanto tipos naturais faz com que os autores defendam perspectivas positivas ou negativas a respeito do uso de intuições. Defenderemos aqui que as intuições são fontes básicas de conhecimento que são classificadas adequadamente quando o agente possui o conceito determinante. Nesse sentido, defenderemos (com Alvin Goldman) que a confiabilidade das intuições dar-se-á através de investigações de segunda ordem.

Palavras-chave: intuição, confiabilidade, evidência, julgamento.

ABSTRACT

SCHNEID, Bruna. Sobre a confiabilidade das intuições para sustentar premissas de argumentos filosóficos. 104f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020**.**

Intuitions play a peculiar part in philosophical enquiry, either serving as evidence for the premises in philosophical arguments, or as judgements obtained as a result of hypothetical cases. Its probative status, however, is quite controversial. With that in mind, we intend to investigate whether intuitions are a reliable tool for philosophical enquiry. Some questions must be addressed in order to understand the probative status of intuitions. Contemporary philosophers seek to investigate the role of intuitions in establishing philosophy's autonomous and authoritative quality. Intuitions may be understood as *a priori*, which places them in an autonomous and authoritative relation to science. They may also be understood as *posteriori*, which places them in a relation of continuity with the sciences. Some authors that support an *a priori* perspective, on one hand, understand the ontology of the intuitions as the possession of concepts of classification. On the other hand, authors that support a *posteriori* perspective understand this ontology as natural types. The characterization of intuitions either as possession of a concept or as natural types, results in the support of positive or negative perspectives of the use of intuitions. We will argue here that intuitions are basic sources of knowledge which are classified accordingly when the agent possesses the determining concept. In this sense, we will propose through a reading (of Alvin Goldman) that the reliability of the intuitions is found through second order investigations.

Keyword: intuition, reliability, evidence, judgment

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

1. ALGUMAS PERSPECTIVAS POSITIVAS PARA O USO DE INTUIÇÕES . 16

1.1. George Bealer: Intuições Enquanto Fontes A Priori de Evidência 16

1.2 Hilary Kornblith: Intuições de “Tipo Natural”..... 27

2. ALGUMAS PERSPECTIVAS CÉTICAS SOBRE O USO DE INTUIÇÕES .. 35

2.1 O “Eliminativismo” de Cappelen..... 36

2.1.1. Argumento da “Conversa sobre Intuição” (Intuition-Talk) 36

2.1.2. Argumento da Prática Filosófica (Philosophical Practice)..... 42

2.2. A Crítica de David Papineau ao Papel das Intuições 46

2.3. A Crítica dos Filósofos Experimentais ao Uso de Intuições 53

3. UMA DEFESA MODERADA PARA O USO DAS INTUIÇÕES 58

3.1. Janet Levin: A Indispensabilidade das Intuições..... 59

3.2 Alvin Goldman: Intuicionismo Confiabilista 69

3.2.1. Questões de Primeira e Segunda Ordem. 82

CONCLUSÕES FINAIS 92

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 97

REFERÊNCIAS PRIMÁRIAS..... 97

REFERÊNCIAS SECUNDÁRIAS..... 99

INTRODUÇÃO

É trivial dizer que as intuições desempenham um papel importante na atividade filosófica, especialmente por se tratar de um termo técnico bastante utilizado desde a antiguidade. Se, por um lado, as intuições são frequentemente consideradas como "*insights* racionais" e são utilizadas como uma espécie de "reforço" para teorias que buscam alinhar seus resultados/pressupostos com o modo como as pessoas (no senso comum) pensam ou agem. Por outro lado, as intuições, por vezes, são utilizadas como evidências para sustentar premissas de argumentos filosóficos. Também não é raro encontrar trabalhos em que as intuições são utilizadas como "provas" suficientemente capazes de derrotar teorias. De uma maneira, ou de outra, o que causa certa perplexidade é o fato de que em que pese ser um termo amplamente utilizado na filosofia, não temos uma definição canonicamente aceita do que as intuições podem ser e do peso que possuem na investigação filosófica.

No debate contemporâneo, as intuições ocupam um lugar importante[1], especialmente no que diz respeito à questão da confiabilidade em qualquer uma das acepções mencionadas anteriormente. Alguns autores chegam mesmo a postular que é possível fazer filosofia sem o uso de intuições. Um exemplo emblemático é o texto de Herman Cappelen: "*Philosophy Without Intuitions*", publicado em 2012. A perspectiva de Cappelen está diretamente vinculada ao uso que os filósofos analíticos supostamente fazem do termo, mas as críticas poderiam ser facilmente generalizadas para qualquer outra abordagem filosófica. Não é nosso interesse defender uma perspectiva cética sobre o uso de intuições na filosofia, pois, como veremos, elas podem ser ferramentas úteis na investigação, mas estamos certos de que as críticas apontadas por Cappelen são importantes e precisam ser consideradas. Sobretudo, a perspectiva de Cappelen acaba por chamar a atenção para a necessidade dos filósofos repensarem com cautela os seus próprios métodos.

---

[1] O artigo de 1963 *"Is Knowledge Justified True Belief?"* de Edmund Gettier reacendeu o debate sobre as intuições no âmbito epistêmico.

Uma afirmação recorrente na filosofia experimental, especialmente sobre questões epistemológicas, é a de que os filósofos analíticos confiam extensivamente em intuições como evidências. A evidência experimental, contudo, sugere que as intuições não possuem o mesmo peso de prova ou, ao menos, não podem servir como evidências. O ceticismo sobre o uso de intuições na filosofia surge da constatação de que ao fim e ao cabo as maiores disputas estão baseadas nas intuições comuns dos filósofos (Ver: Williamson, 2007). Decorrem daí outros problemas difíceis de resolver, tais como a confiabilidade e a variabilidade das intuições interculturalmente ou mesmo dentro de uma mesma cultura.

É muito comum encontrar nos textos filosóficos as expressões “trata-se de uma tese intuitiva” ou “intuitivamente plausível”, bem como “tal posição é contraintuitiva” ou com “pouco suporte intuitivo”. Inferências como essas acabam por sugerir que “intuir que p é uma razão para aceitar p” (PAILOS, 2012. Tradução minha). Mas é tão controverso determinar se uma posição ou tese intuitiva possui alguma vantagem em relação a uma posição ou tese contraintuitiva, quanto é controverso determinar se alguma posição ou tese com pouco ou muito suporte intuitivo leva alguma vantagem em relação às demais, sem nos determos naquilo que significa empregar o atributo "intuitivo".

Um aspecto interessante é o fato de que uma parte significativa dos filósofos que atualmente se dedicam ao debate metafilosófico parece estar compromissada com a relevância da investigação empírica na construção de teorias filosóficas. Não raros tais filósofos assumem um tipo de Naturalismo Metodológico, apesar de muitos naturalistas metodológicos não realizarem investigações empíricas. O que chama a atenção é justamente o fato de que ambos os tipos de naturalistas metodológicos (os que fazem e os que não fazem investigações empíricas) geralmente negam que as intuições tenham um papel relevante na investigação filosófica.

As principais questões que precisam ser respondidas para que possamos avaliar o papel das intuições na filosofia são: (1) o que devemos entender por intuições?; (2) afinal, o que é uma evidência? e (3) por que boa parte dos Naturalistas Metodológicos rejeitam as intuições na filosofia? Em relação à primeira questão, pode-se afirmar que muitos filósofos defendem teses

demasiadamente distintas quanto ao emprego do termo intuição. Existem autores que defendem o uso de intuições enquanto aparências intelectuais *(intellectual seeming)*, tais como Bealer (1987,1998, 2012) e Boghossian (2014), por exemplo. Também há aqueles autores que endossam o uso de intuições como crenças, pensemos aqui especialmente em Devitt (2015) e Kornblith (1998, 2007). Ainda é possível encontrar autores que alegam que intuições são como que "disposições para crenças", como o fazem Sosa (2005) Erlenbaugh e Molyneux (2009) por exemplo. Convém notar, contudo, que autores que pretendem recusar o uso de intuições na filosofia em geral utilizam-se de definições muito restritivas do termo e, talvez por isso mesmo, tais definições não parecem compreender as formas mais ordinárias nas quais as intuições são utilizadas na atividade filosófica.

Quanto à segunda questão, a saber, o que é uma evidência? O debate acerca da noção de evidência está estreitamente vinculado à discussão sobre a justificação epistêmica, uma discussão sobre o que é necessário para que alguém creia em algo de maneira razoável ou justificável. Sobretudo nas últimas duas décadas aqueles que defendem a autonomia da filosofia com relação à ciência, bem como, os naturalistas metodológicos (tanto os que realizam experimentos empíricos quanto os que não realizam), têm questionado o uso de intuições como evidências para sustentar premissas de argumentos filosóficos, poderíamos pensar aqui em Papineau (2013, 2018), Horvath e Wiegmann (2016) e Weinberg, Nichols e Stich (2008).

Do mesmo modo que não parece existir uma noção amplamente aceita do termo intuição, também existem controvérsias quanto a noção de "evidência" na filosofia. De qualquer modo, optamos por compreender a noção de evidência como “razões para crer” e averiguar se tal perspectiva um pouco mais abrangente nos oferece um ganho explicativo no que diz respeito a tomar as intuições como evidências. Para Feldman e Conee, por exemplo, ter boas evidências consiste em ter boas razões para apoiar uma crença, nesse sentido, a introspecção, a memória, a percepção e ainda “os estados experienciais que são frutos de um raciocínio *a priori* podem servir como evidência” (2005, p. 96 Tradução minha).

Enquanto na ciência uma evidência é tratada como o resultado de experimentos empíricos que podem ser analisados e verificados através da metodologia científica, na filosofia o mesmo não ocorre. Basta pensar, por exemplo, nos casos de tipo Gettier que desafiam nossas "intuições" sobre a possibilidade de se obter conhecimento mesmo quando satisfazemos as condições individualmente necessárias e "supostamente" conjuntamente suficientes.

Nos casos de tipo Gettier somos confrontados com raciocínios hipotéticos que nos levam a crer que o sujeito em questão não sabe o que alega saber. Nesse sentido, tendo por base uma noção mais abrangente de evidência, nossa intuição atua como uma razão para crer que a definição tradicional do conhecimento não dá conta de todos os casos em que temos crença verdadeira e justificada (tendo em vista que, os casos Gettier pretendem demonstrar que embora as condições sejam individualmente necessárias, elas não são conjuntamente suficientes).

É compreensível, alguém poderia questionar: por que as intuições precisam ter um papel evidencial? Ora, na medida em que os filósofos utilizam intuições com pretensão de verdade, seria cabível exigir certo rigor no papel que as intuições devem desempenhar em suas teses. Poder-se-ia dizer, também, que se a probabilidade de um procedimento nos levar a verdade é maior do que a probabilidade de nos levar a falsidade, esse procedimento é confiável. A definição clássica do confiabilismo de Goldman, por exemplo, apresentada em *"What is Justified Belief?"* e publicada em 1979, defende que o status epistêmico de uma crença é determinado por sua relação com a verdade, por ser produzido por um processo confiável. Neste sentido, seria possível afirmar então que se as intuições são uma maneira confiável de revelar a verdade de premissas de argumentos filosóficos, então as intuições funcionam como evidências para a premissa intuída (PAILOS, 2012).

Embora as teorias evidencialistas não sejam propriamente confiabilistas, Goldman (2011) propõe uma teoria híbrida (evidencialismo/confiabilismo). Deste modo, é preciso compreender que as intuições são evidências na medida em que são estados mentais (não-doxásticos) que possuem indicadores

confiáveis no mundo. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que se S possui uma evidência p para uma hipótese q, então p torna mais provável a verdade de q.

O naturalismo, por sua vez, é uma das vertentes mais debatida atualmente, ainda que tenha surgido de forma mais emblemática na obra de Willard van Orman Quine (1961). Por "naturalismo" compreendemos a perspectiva de que a filosofia deveria ser informada e atenta aos resultados das ciências empíricas. Nesse sentido a epistemologia é compreendida como um empreendimento dentro da ciência natural.

Existe uma ampla variedade de desafios céticos traçados ao uso de intuições, todavia os desafios pertinentes e persistentes são traçados sobretudo pelos naturalistas metodológicos. Cabe ressaltar que nem todos os naturalistas metodológicos recusam o uso de intuições na filosofia, podemos pensar, por exemplo, em Kornblith (1998, 2007) e alguns filósofos experimentais, como defensores dessa ferramenta filosófica. Os céticos argumentam que os resultados filosóficos devem possuir certa continuidade com os resultados científicos, e que o uso de intuições parece não produzir o mesmo tipo de conhecimento esperado pelos cientistas, essa seria uma boa razão para abandonar o uso de intuições na investigação.

Na tentativa de abarcar as diferentes acepções do termo, Elke Brendel (2004) propõe a seguinte definição: intuições são atitudes proposicionais imediatas e espontâneas, acompanhadas de um forte sentimento de certeza, e estas são moldadas por nossas experiências e por nossas adaptações ao meio ambiente (2004, p.106). Quando entretemos experimentos de pensamentos[2] como, por exemplo, o caso do violinista de Judith Thomson (1971), o experimento da Terra Gêmea de Hilary Putnam (1973), o famoso Trolley Problem de Philipa Foot (1967), dentre outros experimentos de pensamento amplamente utilizados na filosofia, não raro existem premissas ocultas que funcionam como conhecimento de fundo (*background knowledge)* e que não precisam ser

[2] Optamos pelo uso da tradução “experimento de pensamento” em detrimento da também utilizada tradução “experimento mental” devido a carga teórica pressuposta no termo “mental”. Evitando entrar em discussões paralelas.

explicitamente ativadas. Parte do conhecimento de fundo é resgatado quando temos intuições (BRENDEL, 2004, p. 96).

Dado tal caracterização geral da problemática que envolve o uso de intuições na filosofia. Percorreremos o seguinte caminho para investigar o papel probatório das intuições. No primeiro capítulo da presente dissertação analisaremos dois importantes usos de intuições na atividade filosófica: (1) o endosso das intuições racionais enquanto evidências *a priori* feito por George Bealer (1987,1998, 2012) e (2) a perspectiva naturalista de Hilary Kornblith (1998, 2007), onde as intuições atuam como tipos naturais. Como veremos, tais perspectivas representam uma importante dicotomia acerca de como devemos compreender as intuições (*a priori* ou *a posteriori*). Apresentaremos, também, as implicações na adoção de ambas as perspectivas.

No segundo capítulo nos ocuparemos com o problema acerca do ceticismo sobre as intuições analisando o “eliminativismo” de Herman Cappelen (2012), cuja principal objeção é a de que os filósofos utilizam certos termos (intuições) sem refletir sobre seus próprios métodos. Veremos também a crítica de David Papineau (2013, 2018) à perspectiva *a priori* das intuições, bem como, as críticas dos filósofos experimentais que desafiam a confiabilidade das intuições.

O leitor encontrará no terceiro capítulo os problemas no endosso das intuições enquanto fontes básicas de evidência (*prima facie* e *a priori*) nos moldes de Bealer (1987,1998, 2012), bem como os problemas acarretados pela perspectiva de tipos naturais de Kornblith *(a posteriori).* Também ressaltamos algumas potenciais dificuldades para a atividade filosófica com abandono completo das intuições. Por fim, como alternativas que consideramos relevantes, apresentamos o intuicionismo moderado de Janet Levin e o intuicionismo de Alvin Goldman, os quais sugerem um caráter evidencial para as intuições que são capazes de evitar os problemas céticos que serão apresentados ao longo dessa dissertação.

1. ALGUMAS PERSPECTIVAS POSITIVAS PARA O USO DE INTUIÇÕES

Crenças podem ser originadas a partir de uma ampla gama de fontes, todavia, nem todas são capazes de qualificá-las como conhecimento. Para que crenças verdadeiras sejam conhecimento é necessário que sejam originadas de fontes confiáveis. Em geral consideramos que em alguma medida as percepções, os testemunhos e a observação são fontes confiáveis de evidência. A intuição, por sua vez, nem sempre é considerada como uma evidência, apesar de ser constantemente utilizada quando procuramos justificar nossas crenças verdadeiras.

A questão que George Bealer (1998, 2012) se propõe a responder, e que trataremos na primeira seção deste capítulo, é se as intuições são fontes confiáveis de evidência ou não. Segundo Bealer, as intuições são fontes tão confiáveis quanto outros processos amplamente aceitos, como experiências fenomenais, observação e testemunho. Para Bealer tanto as intuições quanto as experiências sensoriais são fontes basilares de evidência por terem uma ligação modal entre as suas manifestações e a verdade. As intuições apresentam-se como dados da razão, que possuem uma relação confiável com a verdade.

Em contraposição a perspectiva *a priori* de Bealer estão as intuições de tipos naturais como são defendidas por Hilary Kornblith. Nessa concepção o interesse dos filósofos deve se voltar para a natureza dos objetos e não para os conceitos dos filósofos como é defendido por Bealer. Nas próximas duas seções trabalharemos como esses dois autores compreendem o uso de intuições como evidência. Para que possamos a partir de uma construção positiva compreender os desafios céticos que são traçados ao uso de intuições na filosofia.

1.1. George Bealer: Intuições Enquanto Fontes A Priori de Evidência

Em *"Intuition and the Autonomy of Philosophy"*, obra publicada em 1998, George Bealer apresenta sua perspectiva acerca da autonomia da metodologia filosófica em relação à metodologia das ciências naturais. Em contraposição ao endosso dos filósofos naturalistas, para Bealer a filosofia não possui relação com a ciência. Tal ruptura com a ciência é defendida sobretudo a partir de duas teses:

(1) autonomia – segundo a qual as questões centrais na filosofia, em sua maioria, não dependem da ciência para serem respondidas e (2) autoridade - quando questões filosóficas centrais e questões científicas entram em conflito, em princípio, o apoio filosófico é superior ao apoio científico. O que fornece esse caráter autônomo e autoritativo à filosofia é o papel desempenhado pelas intuições filosóficas. As intuições fornecem informações sobre nossos estados psicológicos individuais. Quando consideramos que os alvos da filosofia são os estados cognitivos dos agentes epistêmicos em circunstâncias ideais, devemos analisar ao longo do tempo as intuições de um grupo de agentes epistêmicos em situações ideais para nos aproximarmos de respostas para questões centrais na filosofia.

As intuições, como defendidas por Bealer, desempenham um papel justificacional na teoria filosófica. Quando pensamos, por exemplo, nos casos de tipo Gettier, nossas intuições operam como evidências que desafiam a definição tripartite do conhecimento. Note que não é necessário adotar aqui uma tese evidencialista, pois as evidências a que Bealer se refere são razões, para endossar uma crença. Como podemos notar na seguinte formulação. “Se P então não não P”. Nossa intuição aqui conta como uma evidência introspectiva. Intuímos que “se P então não não P” e, neste caso, a evidência é a nossa introspecção intelectual que independente da experiência (BEALER, 1998).

Ainda que sua ruptura com a ciência tenha por base o afastamento das evidências empíricas, existem alguns fenômenos que envolvem certos tipos de experiência. Todavia pensemos que a empiria envolvida se difere do uso feito da empiria na ciência onde o objeto de investigação é testado e observado. Esses casos são, para Bealer, casos especiais do método de justificação *a priori* (BEALER, 1998). De fato, os filósofos frequentemente recorrem a casos reais e a exemplos da ciência como evidências para suas teorias, mas se retiramos esses exemplos as teorias não perdem força já que podem ser fundamentadas apenas na intuição racional.

Na obra “O *a priori*”, publicada em 2012, Bealer apresenta um importante esclarecimento acerca da confusão que os filósofos têm feito em torno do termo *a priori*, retomaremos esta discussão antes de adentrar em sua fenomenologia das intuições. De acordo com Bealer, não podemos tomar as distinções; *a priori/a posteriori*, necessário/contingente e analítico/sintético como

equivalentes. Alguns filósofos que seguem a linha do naturalismo de Quine (1951) sobretudo na primeira metade do século XX, alegaram que as distinções; *a priori/a posteriori*, necessário/contingente e analítico/sintético eram equivalências, para esses autores:

> "(1) p é necessário se e somente se p é analítico
> (2) p é conhecível *a priori* se e somente se p é analítico,
> (3) p é necessário se e somente se p é *a priori*" (BEALER, 2012, p 380).

Entretanto, podemos pensar, por exemplo, em casos de superveniência onde "o fato de que p é contingente é em si mesmo necessário, mas não analítico" (BEALER, 2012, p. 380), para casos de proposições arbitrárias contingentes. Pode-se afirmar que nem toda verdade analítica é conhecível *a priori*, podemos pensar, por exemplo nas definições científicas como: água é igual a H^2O. Ainda pode-se dizer que nem toda verdade necessária é conhecível *a priori* pois para sabermos que água é igual a H^2O necessitamos do auxílio da ciência empírica (BEALER, 2012).

Quine em *"Two Dogmas of Empiricism"* (1951) atacou a distinção analítico/sintético com seu entimema, a saber, dado que não há uma explicação empiricamente fundamentada e que não seja circular de como ocorre a distinção analítico/sintético conclui-se que não há uma distinção. Esse argumento é estendido por Quine para as três distinções supracitadas. Se aceitarmos o argumento de Bealer da não equivalência, as conclusões de Quine não encerraram a discussão. Para Bealer o filósofo naturalista está correto em afirmar que não podemos defender a distinção analítico/sintético apenas usando os dados empíricos. Para ter evidências que comprovem a distinção analítico/sintético Bealer recorre ao *a priori*, especificamente às intuições. Um aspecto a se notar é que diferentemente de grande parte da tradição filosófica, sobretudo nas intuições puras de Immanuel Kant, Bealer não pretende defender o *a priori* enquanto uma evidência infalível, para o autor o *a priori* pode ser tão falível quanto revisável[3].

---

[3] Um exemplo que poderíamos pensar aqui é na teoria da queda dos corpos aristotélica que considerava que diferentes corpos caem, em um determinado meio, com velocidades diferentes, proporcionalmente aos seus pesos. E posteriormente foi substituída pela teoria de Galileu Galilei

No que tange à fenomenologia das intuições, precisamente a fenomenologia das intuições que são de interesse filosófico, Bealer diz que “para que se tenha uma intuição de que A, basta que para você pareça que A” (2012, p.386). O emprego do termo “parecer” aqui não se refere a uma aparência mágica ou ainda como suavizadora, parecer como empregado por Bealer se refere a um tipo de “episódio consciente”. As intuições compreendidas dessa forma não advêm da experiência sensível, mas de uma reflexão intelectual, sendo assim, são tidas como evidências dadas pela razão.

É importante notar uma distinção entre intuições racionais e intuições físicas. Pensemos, por exemplo, em um copo na beira de uma mesa de bar, quando presenciamos essa situação temos a intuição de que o copo irá cair, todavia para Bealer esse não seria o caso de uma intuição racional pois não é necessário que o copo venha a cair, visto que é apenas possível que o copo caia, todavia tal afirmação não significa que o copo deve cair. Enquanto uma intuição racional como na intuição supracitada “Se P então não não P” há uma relação de necessidade.

Bealer ainda apresenta em uma perspectiva negativa como não devemos interpretar uma intuição. Uma intuição não deve ser comparada com uma crença, pensemos no seguinte experimento de pensamento:

> Julie e Mark são irmão e irmã. Eles estão viajando juntos na França nas férias de verão da faculdade. Uma noite, eles ficam sozinhos em uma cabana perto da praia. Eles decidem que seria interessante e divertido se tentassem fazer amor. No mínimo, seria uma nova experiência para cada um deles. Julie já estava tomando pílulas anticoncepcionais, mas Mark também usa camisinha, apenas para ser seguro. Ambos gostam de fazer amor, mas decidem não fazer novamente. Eles mantêm essa noite como um segredo especial, o que os faz sentir-se ainda mais próximos um do outro. O que você acha disso? Foi bom para eles fazer amor?[4] (HAIDT, 2001, p. 814. Tradução minha).

---

que recorre a um experimentos de pensamento para demonstrar que, independentemente de seus pesos, todos os corpos caem à mesma velocidade se desprezada a resistência do ar.

[4] *No original*: “Julie and Mark are brother and sister. They are traveling together in France on summer vacation from college. One night they are staying alone in a cabin near the beach. They decide that it would be interesting and fun if they tried making love. At the very least it would be a new experience for each of them. Julie was already taking birth control pills, but Mark uses a condom too, just to be safe. They both enjoy making love, but they decide not to do it again. They keep that night as a special secret, which makes them feel even closer to each other. What do you think about that? Was it OK for them to make love?”

No caso apresentado, a intuição é a de que o incesto é moralmente condenável; no entanto, também temos a crença de que a relação de Julie e Mark não possuí nenhum caráter condenatório. Nesse caso, temos razões para crer que, devido às precauções tomadas pelos irmãos o caso não é moralmente condenável. Todavia, ainda nos "parece" condenável. Neste sentido, e de acordo com o caso apresentado, podemos dizer que a intuição e a crença são distintas.

Uma aparência sensorial também não é uma intuição. Pensemos aqui no exemplo da ilusão de Müller-Lyer, onde há uma aparência sensorial de que uma seta é maior que a outra, entretanto a aparência sensorial não nos leva à crença de que uma seta é mais comprida que a outra. Para Bealer, o fato de que nossas intuições persistam às nossas crenças demonstra a falibilidade das intuições. As intuições também são diferentes de adivinhações, juízos, pressentimentos e senso comum. Para Bealer as aparências, sejam sensoriais sejam intelectuais, se assemelham a uma atitude proposicional, a saber, uma relação entre um sujeito que tem uma atitude mental e uma proposição.

Vimos até aqui que intuições são utilizadas como evidências, bem como o que Bealer compreende por intuições, porém disto ainda não se extrai que intuições sejam evidências, pois como ressalta Bealer, o fato de que existem pessoas que utilizam mapas astrológicos como evidência não implica que mapas astrológicos sejam boas evidências para saber o que vai acontecer no futuro. Vejamos por que Bealer endossa a ideia de que intuições são boas evidências.

Se aceitamos que os filósofos geralmente utilizam intuições como evidência em suas práticas, antes devemos nos perguntar o que leva os filósofos "céticos" sobre as intuições a descartar ou minimizar o uso das mesmas na prática filosófica. De acordo com Bealer, podemos responder a essa questão recorrendo a noções como a de verdade e confiabilidade (o que é apontado pelo autor já na obra *"Philosophical Limits of Science Essentialism"* de 1987). O autor analisa quatro abordagens das intuições: racionalismo, empirismo, coerentismo e platonismo, apresentando o porquê em cada uma, salvo no racionalismo, as intuições não podem ser utilizadas como evidências.

Uma teoria racionalista da intuição é aquela onde o sujeito acessa a verdade a partir de um *insight* racional, ou seja, a intuição é "(idêntica ou pelo menos intimamente ligada) a um julgamento não inferencial sobre a aplicabilidade de um conceito a casos hipotéticos" (BEALER, 1987, p, 319.

Tradução minha). Considerando que uma teoria racionalista sobre o status evidencial da intuição é uma teoria que se baseia na verdade, pode-se afirmar que em uma teoria racionalista temos uma forte ligação modal com a verdade. Segundo Bealer, o racionalismo assume que: ou bem as intuições "são sempre verdadeiras, principalmente verdadeiras, provavelmente verdadeiras ou normalmente verdadeiras" (1987, p.319. Tradução minha). Bealer chama de racionalismo moderado a tese onde a verdade de uma proposição é dada como evidente se o agente crê nela de forma não inferencial, para o autor "a maioria das crenças não-inferenciais de uma pessoa sobre a aplicabilidade de um conceito a casos hipotéticos elementares é verdadeira" (BEALER, 1987, p. 320).

A tese do racionalismo moderado está ligada ao princípio de caridade onde na medida em que interpretamos o discurso e as ações de um agente devemos, em princípio, assumir que a maioria de suas crenças é verdadeira. O movimento que o autor pretende nos direcionar aqui é na compreensão de que não é necessário que a maioria das crenças de um agente – incluindo aqui as crenças empíricas – sejam verdadeiras, é apenas necessário que a maioria das crenças sobre a aplicabilidade dos seus conceitos seja verdadeira em casos hipotéticos elementares. Deste modo, não se fazem necessárias as crenças empíricas do agente.

Na tese racionalista moderada os conceitos são determinados, de forma análoga à tese kantiana (onde tempo e espaço não podem operar de forma separada), a mente humana é um todo que não pode operar por partes separadas. Ter um conceito determinado exige uma capacidade cognitiva: um agente que possui um conceito verdadeiro necessariamente empregará a verdade em um caso hipotético que exija aquele conceito. Uma questão a qual Bealer nos direciona acerca do racionalismo moderado é a de como distinguir o que é possuir um conceito determinante ao invés de outro. Há uma importante característica intelectual que faz com que um agente possua um conceito determinante, essa característica é uma capacidade cognitiva que em circunstâncias ideais lida com verdades modais e lógicas.

Voltemo-nos então para o status evidencial das intuições:

> Segundo os racionalistas, uma pessoa não pode possuir um conceito determinadamente, a menos que ela tenha uma capacidade associada de fazer julgamentos sobre a aplicabilidade do conceito a casos

> hipotéticos, cujos julgamentos têm um forte vínculo modal com a verdade. Por esse motivo, os julgamentos que surgem do exercício dessa capacidade são o tipo de julgamento que uma pessoa não poderia deixar de ser justificada em usar em inferências teóricas subsequentes. Portanto, essas crenças se qualificariam como evidência (dados) para a pessoa (BEALER, 1987, p. 322-323. Tradução minha).

De acordo com Bealer, a teoria racionalista como apresentada aqui não seria suficiente no papel de justificar o status evidencial das intuições. Deste modo, examinaremos a seguir a teoria racionalista a qual Bealer endossa ser eficaz em demonstrar a confiabilidade das intuições filosóficas. Vejamos primeiramente as teorias que falham - ou ainda que se reduzem a algum tipo de racionalismo - em empregar evidência as intuições.

Os empiristas tomam como evidência somente aquele conhecimento obtido a partir de fontes experienciais. Uma versão sofisticada do empirismo compreende que “proposições elementares sobre a experiência de uma pessoa constituem seus dados básicos” (BEALER, 1987, p. 323. Tradução minha). Há proposições que derivam desses dados básicos, as quais são chamadas de dados derivados. A verdade desses dados derivados se dá a partir de sua ligação com os dados básicos e a disposição do agente para a crença. De acordo com Bealer, o argumento para a evidência da intuição é de que existem razões evolutivas para a probabilidade de acreditar que existem dados básicos. Pode-se pensar, por exemplo, que é provável que ao ver um tigre vindo em sua direção uma pessoa irá correr apenas se realmente houver um tigre vindo em sua direção. No caso em que ouvimos o testemunho de uma pessoa que viu um tigre correndo em sua direção, os empiristas dirão que os dados obtidos são dados derivados pois a verdade da proposição depende da experiência de uma testemunha.

Bealer endossa que os proponentes da teoria empirista falham na medida em que pressupõem que a melhor das teorias empíricas pode funcionar sem assumir nenhuma proposição modal. Para resolver este problema alguns empiristas (naturalistas) endossam que as intuições modais advêm de conexões cerebrais eficientes. Todavia Bealer aponta que nessas teorias não há razão para sustentar que tais conexões cerebrais eficientes possuem ligação com a verdade. Podemos pensar, por exemplo, em crenças racistas que em algum

momento da história possam ter aumentado as chances de sobrevivência da espécie humana e o desenvolvimento de algumas sociedades, disso não se segue que crenças racistas possuem ligação com a verdade. Deste modo, para Bealer, o empirismo não nos auxilia a compreender o status evidencial das intuições.

Em uma teoria coerentista o agente não possui crenças básicas, todas as crenças que pertencem ao sistema teórico de uma pessoa possuem o status de justificadas em virtude de seu próprio sistema de crenças. Seu sistema de crenças deve ser consistente e não entrar em contradição. De acordo com Bealer, um agente racional deve possuir mais do que crenças consistentes, ele deve possuir crenças que explicam as proposições que pertencem a esse sistema. Para o autor a falha do coerentismo consiste em não explicar por que a pessoa começou a crer nas proposições que ela acredita, ou seja, como são formadas as crenças justificadas.

Um requisito deve ser adicionado ao coerentismo para que este se aproxime de ser considerado como uma teoria epistemológica satisfatória, e esse requisito é a explicação da verdade. O coerentismo pode nos auxiliar a compreender as intuições modais a partir de duas perspectivas: as teorias racionalistas e as teorias causais. As primeiras afirmam que as intuições sobre a aplicabilidade de um conceito devem ter um vínculo com a verdade, deste modo, o agente “vê diretamente” se um conceito se aplica a um caso real. As segundas falham em explicar como as intuições modais estão conectadas com a verdade, visto que as teorias causais afirmam que “as intuições modais são apenas "conectadas" ou que são apenas um subproduto da organização econômica do cérebro” (BEALER, 1987, p. 323. Tradução minha), – isto é, ainda que nosso sistema cerebral seja eficiente, isso não indica que ele está ligado à verdade.

As teorias platonistas estão divididas em dois tipos: as teorias platonistas de “percepção direta” e as teorias platonistas de “regras de evidência”. De acordo com as primeiras, as intuições operam como um acesso de “percepção direta” dos objetos abstratos, e nesse caso o sujeito precisa estar em circunstâncias ideais para que não hajam falhas cognitivas. Tais teorias implicam em uma noção de necessidade, se um sujeito vê diretamente a verdade, essa percepção é necessariamente verdadeira, e desse modo as teorias da “percepção direta”

possuem um forte vínculo modal com a verdade. Por outro lado, as teorias de “regras de evidência” endossam uma relação estreita entre ciência empírica e o *a priori,* a ciência é resultado da sistematização de percepções sensoriais enquanto o *a priori* é resultado da sistematização das intuições. Enquanto a ciência ganha o status de evidente a partir da melhor formulação abrangente pela percepção sensorial e a intuição é totalmente análoga, deste modo, a mesma atua como a percepção sensorial. Cabe notar que ambas são falíveis, e podem perder o status de evidentes.

Bealer não pretende contestar essas duas abordagens do platonismo, mas o que o autor faz é mostrar em que sentido essas abordagens se relacionam com o racionalismo; o platonismo de regras e o platonismo de percepção direta. Na medida em que o platonismo adota o processo evidencial do racionalismo, conclui-se que o racionalismo, por ser uma teoria mais simples e mais robusta, deve ser adotada em detrimento do platonismo. Embora Bealer não pretenda contestar o platonismo de regras, ele faz observações onde aponta que existem falhas que podem ocorrer em nossas intuições dado que aquilo que faz com que uma percepção dos sentidos falhe, faz analogamente, com que uma percepção intuitiva falhe. A saber, situações sob más condições de observação ou ainda ilusões (percepções sistematicamente falsas). Outra observação que Bealer aponta é a de que não se pode afirmar que os objetos metafísicos representam exatamente os objetos físicos, sendo assim podem ocorrer falhas em reconhecer sua verdade. O platonismo de percepção direta, por sua vez, falha na medida em que um sujeito com ampla inteligência e sob condições cognitivas ideais para intuir, no final de sua sistematização teórica pudesse estar errado na relação do conteúdo e categoria dos conceitos metafísicos e o conteúdo e categoria de conceitos reais.

Dadas as falhas das teorias supracitadas em responder ao problema do status evidencial das intuições, George Bealer propõe o *racionalismo natural,* tese desenvolvida na obra de 1987. Para Bealer existe um equívoco na tentativa dos filósofos naturalistas em tentar naturalizar a epistemologia: o movimento que deve ser feito é o de racionalizar o naturalismo, e é para tal tentativa que Bealer desenvolve o racionalismo natural.

O racionalismo natural é uma tese dividida em duas partes, a tese onde a posse de conceitos de categoria e conteúdo é explicada por uma teoria

racionalista e a posse conceitos naturais que é explicada por uma teoria causal moderada. Dito de outro modo:

> No primeiro nível, existem conceitos inteligíveis por natureza, conceitos cujas relações essenciais entre si são acessíveis à razão pelo menos em princípio (isto é, dada atenção, inteligência e memória suficientes). No segundo nível, por outro lado, existem conceitos que não são, por natureza, inteligíveis; muitas de suas relações essenciais entre si (e com os conceitos de categoria e conteúdo) estão abertas apenas à hipótese empírica (BEALER, 1987, p 339. Tradução minha).

As intuições assim endossadas contam como evidências na medida em que seu status probatório é assegurado pela posse do conceito, bem como, pela sua ligação com a verdade. Pensemos aqui no experimento da "Terra Gêmea" de Hilary Putnam expresso nos seguintes termos:

> Para o propósito dos seguintes exemplos de ficção científica, suporemos que em algum lugar existe um planeta que chamamos Terra Gêmea. A Terra Gêmea é muito parecida com a Terra: de fato, as pessoas na Terra Gêmea até falam inglês. De fato, além das diferenças que especificaremos em nossos exemplos de ficção científica, o leitor pode supor que a Terra Gêmea é exatamente como a Terra. Ele pode até supor que ele tenha um Doppelganger - uma cópia idêntica - na Terra Gêmea, se ele desejar, embora minhas histórias não dependam disso […] Uma das peculiaridades da Terra Gêmea é que o líquido chamado "água" não é H20, mas um líquido diferente cuja fórmula química é muito longa e complicada. Abreviarei essa fórmula química simplesmente como XYZ. Suponho que XYZ seja indistinguível da água a temperaturas e pressões normais. Suponho também que os oceanos, lagos e mares da Terra Gêmea contêm XYZ e não água, que chove XYZ na Terra Gêmea e não água, etc[5] (PUTNAM, 1973, p. 700-701. Tradução minha).

A intuição que temos sobre a água nesse experimento hipotético é um exemplo de intuição categorial. Somos levados a considerar se o item "XYZ" e o item “H20” estão na mesma categoria. Nesse sentido, no que se refere aos itens naturalistas o que faz com que apliquemos nossas intuições corretamente é o

---

[5] *No original*: “For the purpose of the following science-fiction examples, we shall suppose that somewhere there is a planet we shall call Twin Earth. Twin Earth is very much like Earth: in fact, people on Twin Earth even speak English. In fact, apart from the differences we shall specify in our science-fiction examples, the reader may suppose that Twin Earth is exactly like Earth. He may even suppose that he has a Doppelganger-an identical copy-on Twin Earth, if he wishes, although my stories will not depend on this […] One of the peculiarities of Twin Earth is that the liquid called "water" is not H20 but a different liquid whose chemical formula is very long and complicated. I shall abbreviate this chemical formula simply as XYZ. I shall suppose that XYZ is indistinguishable from water at normal temperatures and pressures. Also, I shall suppose that the oceans and lakes and seas of Twin Earth contain XYZ and not water, that it rains XYZ on Twin Earth and not water, etc..”

nosso conhecimento sobre a categoria água e o conteúdo envolvido que no caso supracitado é XYZ.

Na segunda parte de sua obra *"O a priori"* bem como na parte 2.2 de sua obra "*Intuition and the Autonomy of Philosophy",* Bealer desenvolve uma perspectiva intuicionista baseada na verdade. A perspectiva confiabilista se ocupa com a noção de evidência, não de uma teoria evidencialista mas de uma noção de fonte de evidência. Quando nos perguntamos se uma intuição é confiável estamos nos perguntando se as fontes básicas de onde se originam nossas intuições são confiáveis. Uma fonte básica de evidência será confiável apenas se tiver uma ligação apropriada com a verdade. A questão que Bealer nos coloca é se essa ligação é contingente ou necessária? Para o autor essa ligação não poderia ser contingente dado que um sujeito por meios *a priori* comuns não poderia verificar a relação entre a verdade e a proposição.

Considerando que para Bealer a relação de confiabilidade entre a intuição e a verdade não pode ser contingente, nos resta verificar se essa relação implica uma noção de necessidade. De acordo com o confiabilismo modal, "algo será uma fonte básica de conhecimento se e somente se houver um tipo apropriado de ligação modal entre suas manifestações e a verdade" (BEALER, 2012, p. 398). De acordo com Bealer "[...] uma possível fonte de evidência é básica se e somente se ela tem *esse* tipo *específico* de ligação modal; a intuição possui esse tipo *específico* de ligação modal; logo, a intuição é uma fonte básica de evidência" (2012, p. 398).

George Bealer propõe que a ligação modal, dar-se-á de forma holística, para o autor a ligação não é infalível, mas leva ao maior número possível de proposições verdadeiras. Deste modo uma fonte será básica quando um agente em circunstâncias cognitivas boas, tiver necessariamente que processar as manifestações dessa possível fonte, nesse sentido a verdade empregada está nas manifestações dessas fontes básicas e não se aplica a condição de verdade ou falsidade a fonte básica.

O confiabilismo modal de Bealer preenche a lacuna entre fontes básicas e a verdade que é deixada tanto pelos empiristas quando pelos racionalistas. Se consideramos que nossas aparências intelectuais possuem uma ligação modal

com a verdade parece que podemos afirmar que estamos justificados em acreditar na confiabilidade das nossas aparências intelectuais. É desta forma que Bealer endossa que a filosofia deve romper com a metodologia científica, pois quando retiramos os dados da experiência a posse determinada dos conceitos garante a verdade das proposições.

1.2 Hilary Kornblith: Intuições de "Tipo Natural"

O método de apelar às intuições é recorrente na prática filosófica, no entanto seus proponentes, como Bealer, por exemplo, utilizam o método de recorrer à intuição para destacar uma visão antinaturalista. Por outro lado, há alguns filósofos, os quais nos prolongaremos em abordar nesta dissertação, que defendem uma perspectiva naturalista das intuições. A classe dos naturalistas, que defende uma perspectiva positiva, está dividida em duas, de um lado os naturalistas que defendem as intuições enquanto fontes de evidência e de outro os que defendem uma confiabilidade minimizada para as intuições. Nosso objetivo nessa seção é compreender até que ponto o intuicionismo e o naturalismo são compatíveis a partir da perspectiva de Hilary Kornblith, uma perspectiva que minimiza o papel desenvolvido pela intuição, bem como, compreender como o autor defende o uso de intuições na prática filosófica.

Como já foi mencionado anteriormente, em uma gama de áreas da filosofia os autores recorrem a intuições no método dos casos[6], para Kornblith não é diferente, o autor reconhece a importância das intuições na prática filosófica, todavia acredita que esse método como é adotado tradicionalmente pelos filósofos analíticos possui algumas limitações. Enquanto Bealer apresenta uma perspectiva antinaturalista na epistemologia, Kornblith está empenhado em apresentar uma perspectiva naturalizada. Há uma série de divergências entre as perspectivas naturalistas e antinaturalistas, no entanto no que se refere ao procedimento justificatório padrão[7], Kornblith vai ao encontro de Bealer ao

---

[6] Método dos casos é o nome dado a utilização de experimentos de pensamento (para endossar ou derrotar teses filosóficas) com o intuito de prever as intuições que as pessoas teriam sobre o caso apresentado.

[7] O apelo intuitivo é nomeado por alguns autores como Kornblith, Goldman e Cappelen com algumas variações linguísticas, podemos encontrar o apelo as intuições também nomeadas por procedimento justificatório padrão, tese da centralidade, ou ainda, por aparência intelectual. O processo justificatório padrão entretanto também se refere a justificação através de outras fontes básicas como testemunho, introspecção, memória e percepção.

atribuir um peso *prima facie*[8] à experiência, observação, testemunho e intuição, embora ele não defenda uma perspectiva *a priori* das intuições.

Em primeiro lugar, devemos considerar que a intuição, para o filósofo naturalista, perde o interesse filosófico na medida em que revela apenas os estados mentais subjetivos. Embora as intuições da maioria não sejam definitivas, elas possuem um papel importante na confiabilidade das intuições. Para defender a importância da perspectiva compartilhada das intuições alguns filósofos recorrem a perspectivas dos conceitos socialmente compartilhados, o que é para Kornblith um equívoco, já que os filósofos deveriam se preocupar com a natureza do conhecimento, e não com o conceito que os filósofos têm de conhecimento.

Quando pensamos no caso da obrigação moral, parece haver algo como uma unidade teórica sobre o que os eticistas acreditam ser a obrigação moral. Nas palavras de Kornblith:

> Entender o que é essa unidade teórica é o objeto de nosso estudo e pode ser encontrado através de um exame cuidadoso do fenômeno, ou seja, algo fora de nós, não nosso conceito de fenômeno, algo de investigação em geral, no modelo de investigações de tipos naturais (KORNBLITH, 1998, p. 134. Tradução minha.)

No sentido apresentado por Kornblith as intuições são os resultados de casos óbvios do fenômeno de estudo, óbvios pois geralmente há um amplo acordo nas intuições que as pessoas têm a partir de experimentos de pensamento. Esse julgamento, contudo, é *a posteriori*, pois os julgamentos não são independentes das teorias anteriores e ainda podem ser modificados na medida em que novas descobertas sobre o fenômeno são feitas. Mas, ainda, pensemos que os julgamentos iniciais devam ser considerados como probatórios na medida em que sem eles não haveria avanço na teoria. Deste modo, Kornblith defende que a intuição deve ser considerada pelo menos até que o entendimento seja formado, mas a partir daí a intuição perde seu peso instrutivo.

---

[8] Um autor pioneiro no debate entre teorias intuicionistas e deontológicas ao introduzir a noção de *prima facie* é David Ross, os princípios em um sentido *prima facie* não estabelecem obrigações absolutas.

Uma questão que pode ser feita a perspectiva de Kornblith é porque os filósofos passam tanto tempo ocupando-se de suas próprias intuições se o que importa são os fenômenos? A primeira resposta que Kornblith sugere é que é normal ao responder sobre fenômenos externos, respondermos com as teorias que temos, se tivermos boas razões para acreditar que nossas crenças são precisas, então consultamos nossas intuições. A segunda resposta é que não basta consultarmos nossas intuições, é necessário investigar os fenômenos externos profundamente. Podemos compreender assim que na medida em que há avanço científico nos recorremos menos a intuições, embora em alguns casos ainda seja necessário recorrer a elas.

De acordo com Bealer, a prática naturalista não é capaz de dar conta dos processos filosóficos, pois procedimentos filosóficos exigem intuições *a priori*. Para Kornblith os naturalistas veem os procedimentos filosóficos de outro modo, a justificação para o naturalista baseia-se na confiabilidade. Em uma perspectiva naturalista (aos moldes de Kornblith) da aquisição de crenças não é necessário apelar para princípios *a priori*, mas uma crença justificada é formada por casos empíricos. Para os naturalistas epistemológicos, a epistemologia investiga fenômenos naturais, o dever, nesse sentido, ganha referência do mesmo modo que tipos naturais como água e ouro. Para que a referência seja assegurada é necessário um certo grau e unidade entre os eticistas, de fato, há uma unidade entre a noção de dever entre os eticistas. O fato de o dever ser um fenômeno teórico unificado dá aos naturalistas epistemológicos a confiança de que o dever é uma questão empírica legítima.

A crítica que Bealer apresenta ao naturalismo é sobretudo em virtude da falta de autonomia da filosofia em relação à ciência. Bealer argumenta que o naturalismo ameaça a autonomia da investigação filosófica. Aqui é importante pensarmos no papel dos problemas filosóficos na prática do filósofo. Se pensarmos, por exemplo, nas perguntas abordadas por sociólogos, físicos e historiadores, parece evidente que há uma distinção entre essas áreas de estudo. O que, no entanto, Bealer argumenta é que o ponto que distingue a filosofia das demais áreas de estudo é o seu caráter *a priori* e independente de tudo o que a ciência possa oferecer. Parece evidente que qualquer naturalista rejeitaria a noção de Bealer. Os filósofos naturalistas reconhecem uma certa

continuidade entre filosofia e ciência. A filosofia adquire para os naturalistas uma característica autônoma no sentido em que suas perguntas abordam diferentes preocupações.

Quando pensamos no experimento de pensamento “Brown em Barcelona” de Gettier, temos um caso em que o agente possui crença, verdade e justificação, porém temos a intuição de que não temos um caso de conhecimento. Goldman defende a confiabilidade de nossas intuições nesses casos a partir de dois pontos, (a) a intuição da falta de conhecimento é tomada como evidência da verdade de seu conteúdo, (b) “a alegação de que tal indivíduo carece de conhecimento é então aplicada à análise proposta do conhecimento como uma crença justificada e verdadeira” (KORNBLITH, 2007, p. 29. Tradução minha).

O procedimento justificatório padrão possui um papel central na construção de teorias filosóficas. Para Goldman[9], as intuições sob certas condições de confiabilidade, operam como evidência da verdade de seu conteúdo. O alvo da análise filosófica para Goldman são os conceitos, esses conceitos são psicologicamente reais e, nesse sentido, podem ser empiricamente investigados. Goldman pressupõe uma relação causal entre os nossos conceitos e a verdade que pode ser confiável apenas a partir da análise conceitual. Nesse sentido o autor concilia a filosofia tradicional com o naturalismo moderado.

Kornblith, no entanto, apresenta alguns problemas inerentes a teoria de Goldman e propõe a partir de então sua própria visão das intuições. Os filósofos em diversas teorias recorrem às suas próprias intuições, sendo assim, caracterizam seus próprios conceitos sem considerar as intuições dos indivíduos comuns. Devemos assim, nos questionar a respeito de quais conceitos devem ser relevantes para a confiabilidade das intuições. Outro ponto no que se refere a obtenção de intuições para Goldman é que os alvos da análise filosófica são os conceitos pré-teóricos, o que para Kornblith parece apontar um problema para a prática filosófica. Um filósofo quando examina suas próprias intuições está

[9] Kornblith estabelece uma crítica ao confiabilismo de Goldman, o qual trabalharemos no terceiro capítulo.

carregado de teorias sobre o assunto de estudo e, assim, suas intuições não seriam genuinamente pré-teóricas.

Para Kornblith uma saída é a de que aqueles que estão engajados na análise conceitual desistam de intuições pré-teóricas. Goldman recorre a intuições pré-teóricas para evitar o problema da contaminação da teoria, o que para Kornblith é uma solução equivocada para o problema, alguns filósofos recorrem ao método científico de isolar completamente a observação da teoria para evitar que conhecimentos de fundo tenham alguma influência na observação, todavia essa também não parece ser uma alternativa plausível para a metodologia filosófica uma vez que a observação neutra não é possível. Deste modo, a preocupação com a contaminação da teoria não é resolvida, pois para Kornblith as suposições de fundo não são automaticamente consideradas como contaminação. Para o autor, como na ciência precisamos que as teorias que medeiam nossas observações sejam precisas, a contaminação só se apresenta como um problema na medida em que as teorias de fundo estão equivocadas, ou ainda se essas intuições não são informadas por nenhuma teoria elas não possuem utilidade. De acordo com Kornblith:

> Aqueles que dedicaram a vida inteira a pensar em conhecimento e justificativa, por exemplo, certamente são capazes de cometer erros, e seus julgamentos mediados pela teoria sobre esses assuntos certamente não são infalíveis. Mas isso dificilmente sugere que deveríamos preferir as intuições, desinformadas por qualquer entendimento real, dos ignorantes. A sugestão de que devemos tentar capturar intuição pré-teórica, no entanto, parece privilegiar as intuições dos ignorantes e ingênuos sobre as dos investigadores responsáveis e bem informados (KORNBLITH, 2007, p. 34. Tradução minha).

Por outro lado, se consideramos que as intuições devem ser informadas pela teoria dos filósofos especialistas, então a filosofia perde o caráter de ter como alvo os conceitos. Para Kornblith, como os cientistas, os filósofos tentam caracterizar fenômenos extra-mentais, por exemplo, o conhecimento, o belo, o justo, o bom. (KORNBLITH, 2007). De acordo com o autor, os filósofos têm intuições mais bem-sucedidas que as pessoas comuns sobre esses tópicos, pois passaram parte de seu tempo pensando sobre fenômenos e conceitos que envolvem tais tópicos. Sendo assim, eles se aproximam mais da caracterização desses fenômenos. Segundo Kornblith:

> Portanto, nessa visão, o objetivo da análise filosófica não é o conceito de ninguém. Em vez disso, é a categoria da qual o conceito é um conceito. Os filósofos, nessa visão, procuram entender o conhecimento, por exemplo, não o conceito de ninguém sobre ele (KORNBLITH, 2007, p. 35-36. Tradução minha.).

Kornblith sugere que ao modificarmos o alvo da análise filosófica para o fenômeno extra-mental é necessário que modifiquemos o procedimento filosófico padrão. Nessa proposta metodológica o alvo da filosofia não é mais o conceito, mas o próprio fenômeno.

Por outro lado, a própria epistemologia como é endossada por Goldman expressa ou caracteriza os costumes epistêmicos de um povo. Existem dois pontos importantes para defender a perspectiva de Goldman de que a epistemologia deve dar primazia para conceitos epistêmicos comuns:

(a) os conceitos epistêmicos só possuem relevância na medida em que possuem continuidade com os conceitos populares,

(b) uma perspectiva que defende uma epistemologia científica provavelmente transcende tais conceitos populares.

Para Kornblith há um problema na afirmação de que a epistemologia deve ter continuidade com os conceitos populares, o autor sugere que pensemos como exemplo a relação entre a alquimia e a química, a transição entre estas disciplinas ocorreu de forma gradual. Kornblith não veria problema se essa fosse a continuidade pretendida por Goldman, entretanto, quando o autor se refere à continuidade ele está falando de iniciar a análise epistêmica a partir de conceitos epistêmicos comuns. Se pensarmos no método científico, os cientistas não baseiam sua investigação a partir de conceitos de química de pessoas que possuem conhecimentos populares sobre química.

Esta, contudo, não é a única crítica de Kornblith à metodologia proposta por Goldman. Kornblith ainda aponta uma crítica ao endosso da filosofia experimental como uma prática complementar à filosofia tradicional. Os filósofos que recorrem ao método de fornecer a análise dos conceitos epistêmicos comuns geralmente estabelecem um conjunto de condições necessárias e suficientes, está é chamada de “visão clássica”. Essas condições necessárias e suficientes permitem englobar uma "andorinha" e um "cardeal" na categoria

"aves". Para Kornblith há um problema nessa visão na medida em que não temos a mesma facilidade na hora de categorizar animais como patos e avestruzes na mesma categoria "aves", considerando que estes possuem as mesmas condições necessárias e suficientes para pertencer à categoria "aves". O problema aqui é que “além de reconhecer os indivíduos como estando ou não abrangidos pelo conceito, os sujeitos tendem a considerar certos indivíduos como mais típicos da categoria do que outros” (KORNBLITH, 2007, p. 41. Tradução minha). Para o projeto filosófico da análise conceitual, essas considerações levantam problemas, tais como: se são os conceitos populares que interessam, os filósofos estão equivocados em invocar suas próprias intuições. Mesmo quando os filósofos recorrem às intuições das pessoas comuns, o que eles fazem não é elucidar os conceitos dessas pessoas. Se os filósofos pretendem que o alvo da filosofia sejam as intuições das pessoas comuns, então estes precisam elucidar todos os desacordos em que estas se apresentam e não apenas aquelas que condizem com seus próprios conceitos.

Em um caso hipotético não temos problemas em ter todas as condições necessárias e suficientes pois o caso é construído com essa finalidade, em um caso real, por outro lado, há uma série de variáveis de fundo que poderiam tornar essas intuições não confiáveis. Para Kornblith o método justificatório padrão não nos auxilia a compreender os nossos conceitos epistêmicos, para o autor; “Se é o entendimento de nossos conceitos que buscamos, precisaremos abandonar completamente esse método e adotar as técnicas experimentais das ciências cognitivas” (KORNBLITH, 2007, p. 45).

A partir da crítica direcionada a Goldman, Kornblith sugere então que há outra perspectiva que podemos compreender como sendo o alvo da análise filosófica. Pensemos que ao invés de caracterizar os conceitos das pessoas comuns, sejam caracterizados os tipos naturais. Os filósofos estão interessados em caracterizar, por exemplo, as virtudes morais e não o conceito dos filósofos acerca das virtudes morais. Para Kornblith a importância explicativa de tal categoria fornece razões para compreendermos a intuição como um tipo natural. Por tipo natural entende-se que os filósofos empregam que as classificações são elas próprias naturais. Nesse sentido, o que torna natural um tipo natural é sua referência a algo no mundo. De acordo com Jack Ritchie “tipo naturais são

aqueles que figuram nas nossas empiricamente bem confirmadas teorias científicas” (2012, p. 10).

Dadas duas noções nas quais podemos compreender o uso de intuições de forma positiva, seja enquanto posse de conceito, seja enquanto tipos naturais. Devemos ter em mente que as características positivas não são consenso na atividade filosófica, por este motivo discorreremos no próximo capítulo acerca das noções negativas sobre o uso das intuições, para que a partir das críticas possamos pensar se e como podemos defender um uso das intuições na filosofia.

2. ALGUMAS PERSPECTIVAS CÉTICAS SOBRE O USO DE INTUIÇÕES

O peso evidencial dado às intuições muitas vezes é crucial na defesa de uma tese filosófica. Algumas constatações filosóficas são baseadas em certas intuições amplamente compartilhadas. Apesar do amplo apelo, um número de céticos surgiu com o objetivo de minar a confiabilidade dos filósofos nas intuições. Os autores empenhados em desafiar a confiabilidade das intuições negam o papel evidencial que estas desempenham. Há uma série de razões que levam os céticos a tomar tal posição, grosso modo, pode-se dizer que essas críticas dizem respeito a falta de confiabilidade e/ou a falibilidade das intuições.

O primeiro desafio que analisaremos é traçado por Cappelen, para o qual os filósofos não confiam nas intuições como evidência, eles apenas recorrem a elas de forma irrefletida. Chamaremos, como Nicholas D. McGinnis, essa tese de “eliminativismo”[10] (2015. p.1. Tradução minha). Primeiramente o autor recorre a falta de uma definição precisa e consensual entre os filósofos do termo "intuição", o que torna seu uso como um último recurso para os filósofos que não sabem como justificar suas teorias. Em segundo lugar, Cappelen argumenta que há alguns requisitos necessários para se afirmar que um filósofo recorre às intuições e, como ele demonstra em diversos experimentos de pensamentos analisados, não é ao acaso que os filósofos recorrem às intuições como evidência em suas teses.

A segunda seção deste capítulo ocupa-se com os argumentos de David Papineau contra a confiabilidade das intuições. O naturalista metodológico aponta para o aspecto sintético da filosofia, o autor desafia as intuições na medida em que aponta que as intuições analíticas não são filosoficamente relevantes pois nos trazem informações somente sobre nossos próprios conceitos, enquanto que as intuições sintéticas *a priori não são confiáveis.*

O terceiro desafio cético que revisaremos é traçado pelos filósofos experimentais, se por um lado Cappelen e Papineau argumentam que os filósofos estão recorrendo a um método que não é digno de confiabilidade, os

---

[10] Essa expressão também pode ser encontrada pelo termo “restritivismo” como defendido do Edouard Machery.

filósofos experimentais demonstram através de dados experimentais que os filósofos devem abandonar as intuições. Analisaremos os dois vieses nos quais os filósofos experimentais desafiam as intuições, o viés mentalista e o extra-mentalista.

2.1 O "Eliminativismo" de Cappelen

Em "*Philosophy Without Intuitions"* (2012), Herman Cappelen argumenta que os filósofos estão bastante equivocados quanto aos seus próprios métodos. O ataque de Cappelen está direcionado ao interesse dos filósofos em uma metafilosofia[11] sobre o uso de intuições. Cappelen ataca a tese chamada por ele de *Tese da Centralidade*, a saber, que os filósofos utilizam intuições como fonte de evidência em suas teses. Uma dificuldade encontrada para investigar a *Tese da Centralidade* se dá devido a aqueles que confiam nela não terem apresentado um argumento sistemático a seu favor. O que Cappelen pretende nos mostrar é que os filósofos assumem a confiabilidade das intuições sem empregar muitos critérios para o seu uso. Cappelen investiga dois argumentos utilizados pelos filósofos que assumem a *Tese da Centralidade,* a saber, (1) o Argumento da *Conversa sobre Intuição*[12], e o (2) Argumento da Prática Filosófica. (CAPPELEN, 2012.)

2.1.1. Argumento da "Conversa sobre Intuição" (Intuition-Talk)

Na primeira parte de seu livro Cappelen preocupa-se em descrever os mais comuns e mais promíscuos usos do termo intuição na atividade filosófica. De acordo com Cappelen:

> [...] se os filósofos caracterizam premissas chave em argumentos filosóficos centrais como "intuitivos" e se referem à evidência de suas teorias como "intuições", temos boas razões para pensar que eles

[11] Uma metafilosofia, também conhecida por filosofia da filosofia é a área de investigação que se ocupa com a natureza, limites e com a metodologia da filosofia. O termo foi cunhado pelo filósofo Morris Lazerowitz.

[12] A tradução de "intuition-talk" para "conversa sobre intuição" é escolhida seguindo a tradução feita por Cláudia Ribeiro em "É o método filosófico baseado na intuição?" (2017). A expressão é utilizada por Cappelen para se referir a prática dos filósofos de apelar para as intuições como premissas-chave de seus argumentos, ou ainda, se referem a intuição como evidência em seus argumentos.

> confiam nas intuições como evidência - afinal, nós estamos apenas aceitando a palavra deles. (CAPPELEN, 2012, p. 25. Tradução minha)

Cappelen chama o argumento supracitado de *Argumento da Conversa sobre Intuição,* neste capítulo o autor apresenta diferentes interpretações deste argumento. Para Cappelen, o filósofo que pretende utilizar as intuições como evidências centrais ou de premissas centrais de seus argumentos precisa responder as questões abaixo:

> 1. Questão Quantitativa: Até que ponto os filósofos se envolvem na "conversa sobre intuição"?
> 2. Questão de Centralidade: Quão central é essa conversa com seus argumentos? É em pontos cruciais nos argumentos ou como pontos marginais, facilmente elimináveis?
> 3. Pergunta Interpretativa: Quando essa linguagem é invocada, a interpretação correta é de apoio à centralidade? Pode ser que a palavra seja usada, mas com um sentido que não apoia a Centralidade (isto é, não é usado para denotar um tipo de julgamento ou estado mental que serve como evidência ou fonte de evidência) (CAPPELEN, 2012, p. 25. Tradução minha).

O foco de Cappelen é sobretudo na questão (3). Para o autor analisar as questões (1) e (2) envolveria uma longa tarefa pois o termo aparece de diferentes modos em boa parte da história da filosofia e, se as intuições são tão importantes quanto seus proponentes endossam, então como seria possível que outros filósofos não recorram a elas? Cappelen alega que cabe aos proponentes das intuições responder a tal questionamento e não se preocupa em desenvolver os dois primeiros problemas em seu livro. Deste modo iremos nos ater a terceira questão.

Com relação à terceira questão para Cappelen o termo intuição é bastante controverso, já que os filósofos fazem uso desse conceito de diversos modos, como:

(i) intuitivo (intuitive),
(ii) intuitivamente (intuitively),
(iii) intuição (intuition) e
(iv) parecer (seem).

Para Cappelen isso faz com que não tenhamos uma função ou significado explicito para as intuições. Vemos que alguns autores recorrem também ao

termo “parecer”[13] ao tratarem de intuições, tomando, intuir que p e parecer que p como equivalentes (CAPPELEN, 2012). Veremos também o uso do termo parecer no decorrer desta seção.

No que se refere ao adjetivo intuitivo e ao advérbio intuitivamente, Cappelen faz quatro apontamentos; (a) os filósofos geralmente empregam intuitivo e intuitivamente às proposições, conceitos ou ainda caracterizando pensamentos, todavia há ainda uma variedade de outros modos em que podemos empregar os termos, tais como: o uso de sistemas operacionais, o jogo de xadrez, conexões entre pessoas, entre outras atividades cotidianas. (b) quando consideramos esses diversos usos dos termos não há algo que possamos dizer que há de comum que faça com que eles possuam a característica da informatividade, (c) ainda devemos considerar a flexibilidade com a qual esses termos se enquadram no contexto, (d) para Cappelen os termos, intuitivo e intuitivamente podem ser utilizados como termos guarda-chuva (*hedge*), ou seja, são utilizados para não tomar certos compromissos teóricos.

O substantivo intuição é por vezes utilizado para denotar poderes místicos semelhantes a um “sexto sentido”, o que traz alguns problemas na caracterização do termo. A natureza desse termo é, contudo bastante complexa, Cappelen não pretende assumir que não haja o estudo empírico de um sistema rápido de julgamento, a crítica do autor é a uma faculdade especial a qual chamamos de intuição (2012, p.42).

Quanto ao termo parecer, para Cappelen o termo não oferece apoio a centralidade. Primeiramente, parecer é utilizado de forma genérica, muitas vezes utilizado sem implicar nenhum compromisso teórico, em segundo lugar, em muitas ocasiões parecer e intuir são intercambiáveis o que reforça sua função guarda-chuva (*hedge*), todavia elas não são intercambiáveis em todos os casos em que podemos utilizar o termo intuir, e ainda, parecer não pode ser utilizado para denotar um tipo genuíno de episódio consciente de acordo com Cappelen.

---

[13] Podemos notar o uso do termo “parecer” como equivalente a “intuir” em George Bealer, por exemplo.

Muitos dos filósofos que recorrem às intuições afirmam que não estão preocupados com as intuições que as pessoas comuns têm, sua preocupação é com a intuição "especializada" do filósofo analítico. Para Cappelen o termo intuição introduzido de forma teórica causa mais prejuízos do que benefícios. Para comprovar tal afirmação Cappelen apresenta exemplos onde a introdução de um termo teórico foi bem-sucedida em contraposição ao termo intuição que segundo o autor foi mal sucedida. Os dois exemplos são termos utilizados na disciplina de economia, a função de utilidade indireta[14] (*indirect utility function) e o efeito Pigou*[15] *(Pigou effet)*. Para Cappelen o que caracteriza esses casos como bem-sucedidos é o fato de que:

> Não há discordância entre economistas sobre como definir adequadamente ' função de utilidade indireta ' ou ' efeito pigou '.
> Qualquer membro competente da profissão pode fornecer essas definições. Eles são ensinados no nível introdutório.
> Os termos cumprem um papel importante e útil nos textos econômicos. Eles são usados para articular teorias e pontos de desacordo - não são eles próprios fontes de desacordo e disputa.
> Há um acordo mais ou menos universal sobre quais casos constituem exemplos paradigmáticos. (CAPPELEN, 2012, p. 51. Tradução minha)

Por outro lado, no que diz respeito às intuições, Cappelen aponta as características que fazem com que a introdução de intuição enquanto um termo teórico seja considerado como fracassada. De acordo com o autor:

> Não há acordo entre os praticantes da disciplina acerca de T
> Não há acordo entre os participantes da disciplina sobre quais casos constituem paradigmas fundamentais da extensão de T.
> Não existe um papel teórico acordado que T (ou extensão de T) desempenhe na disciplina.
> Há discordâncias e disputas consideráveis dentro da disciplina sobre o próprio T. (CAPPELEN, 2012, p. 52. Tradução minha.)

Cabe ressaltar que essas condições não são necessárias ou suficientes, mas são fortes indicadores de confiabilidade no que se refere a introdução de termos teóricos.

---

[14] A função de utilidade direta em economia refere-se ao cálculo que prediz as preferências de um consumidor com relação às condições do mercado.

[15] O efeito Pigou refere-se ao aumenta de ofertas de emprego e o estímulo a produção devido ao aumento da riqueza.

Cappelen no quarto capítulo de sua obra propõe-se a compreender os modos que os filósofos aplicam o termo intuir, que de acordo com o autor são de modo que:

> (a) remover o termo intuir e seus cognatos de uma teoria não trará efeitos negativos ou ainda a teoria poderá apresentar maior clareza.
> (b) quando um agente possui um julgamento intuitivo, o mesmo possui um julgamento com pouca reflexão,
> (c) a conclusão é alcançada anteriormente a discussão da questão.

Com relação a estratégia de simples remoção do termo intuir, o que Cappelen aponta é que há casos em que o uso da palavra intuitivamente não possui um papel argumentativo na tese do autor, sendo a exclusão desse termo favorável na medida em que ele apenas obscurece a clareza dos argumentos encontrados na passagem. Cappelen cita a seguinte passagem de Williamson como um exemplo onde este caso ocorre “No caso da loteria, é intuitivamente claro, dada a natureza das minhas evidências, que eu não sabia que o seu bilhete não ganhou” (2012. p. 64. Apud. Williamson, 2000, p. 249. Tradução minha). Como podemos notar na citação, a alteração de “é intuitivamente claro” para “é claro” não altera o significado argumentativo. Deste modo os autores que utilizam as intuições deste modo não estão endossando a centralidade.

Considerando que a remoção não se aplica a todos os casos Cappelen elabora dois pontos em que os autores que recorrem as intuições não estão endossando a centralidade. O autor chama de julgamento instantâneo (*snap judgment*) aquele julgamento que é alcançado com pouco esforço, ou ainda, com pouco raciocínio. Em alguns casos um julgamento instantâneo é caracterizado em termos de um entendimento instantâneo (*snap understanding*). Esses dois tipos de compreensões instantâneas são por vezes utilizadas de modo guarda-chuva (hedge). Pense que, utilizar “intuitivamente p” nesses casos enfraquece o compromisso do agente que enuncia a sentença, utilizando o intuir como uma resposta incompleta ou imprecisa. Estes dois processos são utilizados como uma maneira de descrever “o processo de apreender ou entender a noção (não é um julgamento instantâneo da verdade ou falsidade)” (CAPPELEN, 2012, p. 68. Tradução minha). Deste modo este uso das intuições também não endossa a centralidade.

O terceiro uso que os filósofos fazem de acordo com Cappelen é o pré-teórico, segundo o qual afirmar que “intuitivamente p” corresponde a afirmar que “pré-teoricamente p”. Para o autor esse uso da intuição enfraquece o comprometimento do agente na medida em que a resposta dada é alcançada antes de uma investigação, ou ainda, de um raciocínio, pressupondo que a sentença enunciada está no terreno comum e não necessita de explicação. Deste modo não endossando a centralidade.

Os filósofos utilizam-se do termo intuição de uma variedade de formas, não exploraremos aqui todas as formas de uso as quais Cappelen investiga, compreenderemos apenas que o autor conclui que os filósofos em sua prática não confiam extensivamente nas intuições como é afirmado pelos defensores das intuições. Todavia ainda há três elementos discutidos na literatura acerca das intuições que nos cabe aqui, os quais, Cappelen se ocupa. Os (i) sentimentos especiais, a saber, a noção de que as intuições possuem uma fenomenologia especial, Cappelen afirma que não é necessário recorrer a uma fenomenologia especial para interpretar uma conversa sobre intuição. A (ii) competência conceitual é considerada por muitos teóricos da intuição aquilo no que o julgamento intuitivo está baseado, entretanto para o autor não é uma verdade necessária que a verdade de uma frase intuitiva recorra a competência conceitual. O (ii) status justificatório padrão significa que a intuição possui um status de justificação especial, para Cappelen isto é implausível pois aqueles que endossam que alguma proposição possui um status justificatório padrão nem sempre concordam sobre quais proposições recebem esse status.

Segundo o *Argumento da Intuição-Talk* os filósofos endossam a *Centralidade*, a saber, o uso de intuições como evidência na atividade filosófica. Todavia, de acordo com os argumentos que revisamos até aqui não é o caso que o uso das intuições feita pelos filósofos endossem a *Centralidade* nos moldes definidos por Cappelen, embora os filósofos recorram às intuições como evidência. Há ainda um uso das intuições, o qual Cappelen explora no quinto capítulo de sua obra, que pode ser compreendido com o seguinte caso:

> Suponha que A tenha mostrado (ou pelo menos tenha fornecido bons argumentos a favor de) ~~p. Se muitos dos interlocutores de A (e talvez A própria) estão inclinados a sinceramente proferir (e assim se comprometerem a) 'Intuitivamente, p', então A está sob a obrigação

> intelectual de explicar por que esse é o caso (ou seja, por que houve ou há essa inclinação) de pronunciar e comprometer-se com 'Intuitivamente, p'). Ela não deve endossar totalmente ~~p antes de cumprir essa obrigação. (CAPPELEN, 2012, p. 88.Tradução minha.)

Este argumento é chamado de explicação (explain), a saber, quando no início da investigação o agente está inclinado a afirmar que ~~p e ele fornece uma explicação para endossar que ~~p, tal explicação constitui uma evidência para ~~p. A ineficiência da explicação dar-se-á pela inexistência da determinação de que um certo ponto teórico deva ser explicado para ser evidente. Dito isto, passaremos para o segundo argumento de Cappelen contra a *Centralidade*.

2.1.2. Argumento da Prática Filosófica (Philosophical Practice)

O segundo argumento explorado por Cappelen, o *argumento da Prática Filosófica,* diz respeito ao apelo às intuições como utilizadas no chamado método dos casos. O apelo à intuição para alguns autores possui o mesmo status justificatório que a percepção. Por exemplo, quando digo que há uma cadeira na minha frente não é necessário expor a minha percepção e afirmar que vejo uma cadeira a minha frente pois, o uso da percepção como evidência está pressuposto. Para o autor as intuições atuam do mesmo modo na atividade filosófica. Segundo Cappelen:

> Alguns daqueles que pensam que a filosofia é uma atividade de poltrona pensam que é assim porque os filósofos são envolvidos principalmente na chamada análise conceitual, ou seja, no negócio de analisar conceitos como causação, referência e justiça. Às vezes, essa visão é acompanhada pela suposição de que a maneira correta de se engajar na análise conceitual é apelar para as intuições (CAPPELEN, 2012, p. 6.Tradução minha).

Cappelen coloca em questão como procurar evidências de que os filósofos confiam em intuições. O autor então concentra-se em três caraterísticas que para alguns filósofos da intuição são consideradas características de apelo às intuições. São elas;

(F1) as intuições possuem uma fenomenologia especial, ou parecem verdadeiras,

(F2) as intuições não justificam e nem precisam de justificação, portanto, possuem um status epistêmico especial, dentro desta questão o autor afirma que para identificar quais posições possuem esse status justificatório temos,

(F2.1) quando uma proposição é não-inferencial e não-perceptual e (F2.2) (i) S está inclinado a acreditar que p. (ii) S tem alguns argumentos A para p. (iii) Se, no entanto, acontecer que A não são bons argumentos para p, isso não remove a inclinação de S de endossar p. Se p exibe (i) - (iii), isso indica que p tem status de justificação especial para o assunto em questão,

(F3) as intuições são baseadas apenas na competência conceitual.

Ainda devemos considerar que os autores engajados na justificação baseada na competência conceitual buscam por verdades necessárias e que a formulação (F3) depende das formulações (F1) - (F2) (CAPPELEN, 2012).

No caso da ausência de (F1) – (F3) Cappelen aponta que isto é uma forte evidência para se afirmar que o autor em questão não apela para a confiança no intuitivo. Cabe ressaltar que apenas a presença de (F1) – (F3) não é suficiente para afirmar que o filósofo endosse a centralidade, é necessário que a centralidade diga respeito a prática filosófica. É necessário que o autor confie no status evidencial da intuição.

Dado tais características, Cappelen no oitavo capítulo de sua obra de 2012 passa então a demonstrar que não é tão explícito o apelo às intuições, bem como, as intuições não desempenham um papel relevante na atividade filosófica. Cappelen apresenta dez experimentos de pensamento amplamente conhecidos, onde as intuições extraídas desses experimentos não apelam para qualquer uma dessas características, considerando que os filósofos em geral costumam afirmar que experimentos de pensamento extraem intuições. Vejamos aqui um dos experimentos de pensamento analisados pelo autor:

> Você acorda pela manhã e encontra-se de volta à cama com um violinista inconsciente. Um famoso violinista inconsciente. Ele foi diagnosticado com uma doença renal fatal, e a Society of Music Lovers analisou todos os registros médicos disponíveis e descobriu que você

> sozinho tem o tipo de sangue certo para ajudar. Eles, portanto, sequestraram você e, ontem à noite, o sistema circulatório do violinista foi conectado ao seu, de modo que seus rins podem ser usados para extrair venenos de seu sangue. O diretor do hospital agora lhe diz: "Olha, sentimos que a Society of Music Lovers fez isso com você - nunca teríamos permitido se soubéssemos. Mas ainda assim eles fizeram isso e o violinista agora está conectado em você. Para desconectá-lo, seria necessário matá-lo. Mas não importa, é só por nove meses. Até então ele se recuperará de sua doença e pode ser desconectado de você.[16] (THOMPSON, 1971, p. 72. Tradução minha)

O experimento de pensamento do *Violinista* de Judith Jarvis Thomson é apresentado em seu artigo *Defense of Abortion* de 1971, este experimento possui grande influência em debates contemporâneos sobre aborto e filosofia moral. Para Cappelen o argumento alvo que Thomson pretende derrotar é de que o feto é uma pessoa, e que deste modo o direito à vida do feto é superior ao direito que a mãe possui sobre seu próprio corpo. Após apresentar o experimento supracitado, Thomson lança uma série de questões que conduzem o leitor a afirmação de que parece ultrajante ser obrigado a ficar nove meses preso ao violinista, deste modo conclui-se que há algo errado com o argumento alvo.

Cappelen aponta que há dois elementos que devemos nos atentar na conclusão de Thomson. O primeiro elemento é: (C1) a afirmação de que seria ultrajante. Essa afirmação pode ser interpretada de três modos: (C1a) se você estivesse ligado ao violinista e fosse obrigado a permanecer nessa situação você ficaria indignado, (C1b) se você estivesse ligado ao violinista você consideraria a afirmação do médico ultrajante, (C1c) o leitor (você) considera a afirmação do médico ultrajante. Cappelen considera que a interpretação correta poderia ser (C1c), dado a conclusão de que uma pessoa obrigatoriamente deva ficar na cama ligada a um violinista ser falsa. Para tal conclusão Thomson acrescenta (C2) se o argumento do médico não é sólido o argumento alvo também não é.

---

[16] *No original*: “You wake up in the morning and find yourself back to back in bed with as unconscious violinist. A famous unconscious violinist. He has been found to have a fatal kidney aliment, and the Society of Music Lovers has canvassed all the available medical records and found that you alone have the right blood type to help. They have therefore kidnapped you, and last night the violinis’t circulatory system was plugged into yours, so that your kidneys can be used to extract poisons from his blood as well as your own. The director of the hospital now tells you, “Look, we’re sorry the Society of Music Lovers did this to you – we would never have permitted it if we had known. But still, they did it, and the violinist now is plugged into you. To unplug you would be to kill him. But never mind, it’s only for nine months. By then he will have recovered from his aliment, and can safely be unplugged for you.”

Há três requisitos que devem ser considerados no experimento de pensamento de Thomson, o *requisito da generalidade* segundo o qual é necessário que o leitor compreenda a analogia feita entre ser ligado ao violinista e casos de aborto para que o leitor compreender o argumento alvo. O *fator foco* o objetivo do experimento é chamar atenção para como o direito à vida está correlacionado ao direito da mulher para com o seu próprio corpo. *Ausência de conclusão clara* mesmo a autora não apresentando logo ao fim do experimento uma conclusão a argumentação estabelecida até tal parte do texto já direciona o leitor para a conclusão pretendida.

Revisemos então por que Cappelen afirma que Thomson não recorre de fato a intuições. De acordo com o autor, não há evidências no artigo de Thomson que apontem que a autora pretenda um tipo de justificação especial, a saber, que justifica e não precisa ser justificada. Se consideramos os elementos (C1a), (C1b) e (C1c), não é difícil concordarmos que (C1a) e (C1b) sejam verdadeiros, no que se refere a (C1c) a autora está supondo que os proponentes do argumento alvo também o endossariam, o que Cappelen não irá discordar, poderíamos dizer que até este momento a autora não tem necessidade de recorrer a uma justificação especial. Em seu artigo Thomson também não demonstra evidências de que haja qualquer tipo de fenomenologia especial. Quanto a terceira característica pode-se dizer que (C1a) e (C1b) são constatações empíricas, quanto a (C1c) e (C2) pode-se dizer que Thomson não aparenta querer resolver as questões subjacentes ao problema, o que a autora pretende para Cappelen é investigar e analisar os conceitos envolvidos, que estão sujeitos a uma série de pressuposições variáveis sobre as preferências humanas, sugerindo, desta forma, "é implausível afirmar que qualquer versão interessante da alegação de que confiamos apenas na competência conceitual terá uma base aqui" (CAPPELEN, 2012, p. 154). Sendo assim, Cappelen conclui que este experimento de pensamento paradigmático não apela para nenhuma das características necessárias para se afirmar que Thomson confia no status evidencial das intuições.

Cappelen pretende que a argumentação apresentada ao experimento do violinista se estenda aos demais experimentos de pensamentos que visam extrair intuições. E como ocorre no caso do violinista esses não recorram as

características necessárias para endossar a centralidade. Deste modo, para Cappelen não é verdadeira a afirmação de que os filósofos recorrem às intuições como evidências para premissas de argumentos filosóficos. A perspectiva que veremos na próxima seção é menos restritiva às intuições do que a de Cappelen, embora David Papineau também aponte para um gradual abandono das intuições.

2.2. A Crítica de David Papineau ao Papel das Intuições

Em seu artigo *"The Poverty of Analysis"* publicado no ano de 2009, David Papineau defende uma perspectiva naturalista metodológica acerca do método filosófico. O naturalismo metodológico implica na utilização de métodos científicos na filosofia. Primeiramente veremos seu projeto para uma filosofia sintética pois esta implica em sua compreensão das intuições, Papineau lança três pontos interessantes em que a filosofia se aproxima da ciência, a saber;

(i) que as alegações filosóficas, bem como as científicas, são sintéticas,

(ii) que as alegações filosóficas, bem como as científicas, advêm de conhecimento *a posteriori*,

(iii) e que a filosofia trata de questões da realidade e não de necessidade.

O autor não pretende uma revisão dos métodos filosóficos, como é pretendido pelos naturalistas que realizam experimentos. O argumento de Papineau aponta que o método da análise conceitual de teorização e argumentação já está em consonância com o método científico.

A afirmação de que as alegações filosóficas são sintéticas ao invés de analíticas, implica que a crítica deveria se estender à Epistemologia Naturalizada de Quine (de onde surge o holismo implícito em sua perspectiva) se consideramos o método filosófico de análise e revisão de conceitos. Papineau no entanto defende que os filósofos que recorrem a posse de conceitos descrevem erroneamente os seus próprios métodos. Na medida em que um filósofo afirma que existem verdades conceituais devemos supor que esses

conceitos em alguma medida se envolvem com teorias, que por sua vez possuem consequências sintéticas. A relação entre teorias e conceitos pode ser interpretada de dois modos, como “verificacionista” ou “descritiva”.

Uma perspectiva verificacionista pode ser definida nos seguintes termos “possuir um conceito é uma questão de estar disposto a usar esse conceito de certa maneira” (PAPINEAU, 2018, p. 290). Pense em uma situação em que o agente possui o conceito dor, e quando esse agente sente dor ele possui o comportamento X, na medida em que o agente tiver o comportamento X ele forma o conceito de dor. Se uma teoria afeta o modo como interpretamos um conceito este então determina o conceito. Para Papineau a posse de conceitos na perspectiva verificacionista, nos termos acima mencionados, está de acordo com o caráter sintético da filosofia (PAPINEAU, 2018).

A perspectiva que defende uma relação entre conceitos e teorias, porém que não endossa a perspectiva verificacionista de que a posse de um conceito depende da disposição para aplicar um conceito, é a perspectiva descritiva. Segundo a perspectiva descritivista os conceitos podem depender de quais teorias nós compreendemos. Pense em uma situação em que um agente sente dor - o estado mental dor - tal estado mental é causado por danos e dá origem a um comportamento X. Nesse sentido, em uma perspectiva descritivista o agente possui o conceito e os sintetiza com as teorias sintéticas (PAPINEAU, 2018).

Um método bastante utilizado na prática filosófica e que à primeira vista também parece contradizer a perspectiva de Papineau é que a filosofia é fundamentalmente analitica. No método dos casos parece que os experimentos de pensamento recorrem apenas a reivindicações conceituais, por exemplo, Foot quando demonstra conceitualmente que matar um é moralmente permitido em detrimento da possibilidade de matar cinco[17]. Alguns filósofos naturalistas

[17] Pensemos aqui no famoso Trolley Problem, “Suponha que você seja o motorista de um bonde. O bonde faz uma curva e avistam à frente cinco operários dos trilhos, que estão consertando os trilhos. O trilho passa por um pequeno vale naquele ponto e as laterais são íngremes, então você deve parar o bonde se quiser evitar atropelar os cinco homens. Você pisa no freio, mas, infelizmente, eles não funcionam. Agora, de repente, você vê um pico de trilho que leva à direita. Você pode virar o bonde sobre ele e assim salvar os cinco homens na linha reta à frente. Infelizmente, a Sra. Foot providenciou para que houvesse um operário naquele ramal. Ele não pode sair da pista a tempo mais do que os cinco, então você o matará se virar o bonde para cima dele. É moralmente permitido virar o bonde?” (THOMSON, 1985, p. 1395)

reivindicam que o método de poltrona deve ser descartado na medida em que não busca a verdade sobre os fatos no mundo. Papineau por outro lado argumenta que experimentos de pensamento como os *trolley problems*, entre outros, são uma importante ferramenta para a prática filosófica e sobretudo que essa ferramenta não traz apenas informações conceituais.

Pode-se pensar em comparação com os experimentos científicos, na medida em que diversas descobertas científicas originaram-se de experimentos de pensamento puramente conceituais, por exemplo a velocidade dos corpos em queda de Galileu. De acordo com Papineau, é compreensível que a relação entre peso e velocidade é uma relação sintética, considerando que os experimentos da ciência são sintéticos como eles poderiam se assemelhar aos experimentos da filosofia? Para o autor as respostas obtidas a partir de experimentos de pensamentos nos mostram mais do que apenas constatações acerca de cenários possíveis. Para Papineau as conclusões apresentadas em experimentos de pensamento da filosofia “são afirmações sintéticas sobre as categorias relevantes” (2018, p. 299). Uma objeção que pode ser colocada a essa analogia é a de que os experimentos da ciência podem ser empiricamente testados enquanto nos casos da filosofia não teremos como colocar nossas intuições contra casos reais, sendo assim elas só dizem respeito aos nossos conceitos.

De acordo com Papineau, existem duas razões para acreditarmos que os julgamentos particulares sobre conhecimento, nomes, pessoas, livre arbítrio e congêneres, obtidos de experimentos de pensamentos são sintéticos. A primeira razão é que essas categorias estão presentes em nosso cotidiano. Deste modo, é coerente supor que tenhamos mecanismos cognitivos de julgamento instantâneos que fornecem conclusões. A segunda razão é que se os experimentos de pensamento se preocupassem apenas em analisar a estrutura dos conceitos eles deixariam de ser interessantes para os filósofos. Na medida em que não nos auxiliariam a compreender o mundo, mas apenas os conceitos dos agentes epistêmicos.

Alguns autores que apelam para as intuições, e defendem seu caráter sintético apontam que as intuições são *a priori*, estes autores argumentam que o tipo de justificação empírica nesses casos é diferente das justificações por

evidência indutiva ou abdutiva. Papineau concorda que as intuições filosóficas não são evidências indutivas ou abdutivas, e que são de um tipo especial, para solucionar este problema o autor aponta que a fonte das intuições e sua justificação são distintas, deste modo, “mesmo que as intuições filosóficas não sejam derivadas da experiência, pode ser que elas só possam ser justificadas *a posteriori*” (PAPINEAU, 2018, p 305).

Os mecanismos cognitivos que formam nossas intuições, funcionam de forma eficiente na maioria dos casos, porém eles não possuem um elevado nível de confiabilidade, para que sejam confiáveis devemos sujeitá-los a uma avaliação *a posteriori*. O ponto de questionamento que Papineau levanta não é contra o método dos casos, mas quanto a suposta confiabilidade das intuições. De acordo com o autor:

> [...] minha visão é que as intuições filosóficas não se qualificam como conhecimento até que tenham sido sujeitas a uma avaliação *a posteriori* séria. Os filósofos precisam articular suas intuições para entender a origem de suas dificuldades teóricas. Mas, uma vez que essas intuições são, de forma padrão, nada mais que as regras encapsuladas com as quais crescemos, não devemos colocar nenhum grande peso epistemológico sobre elas até que tenham sido devidamente avaliadas contra a experiência (PAPINEAU, 2018, p. 308).

O terceiro ponto que exploraremos é com relação a dimensão modal do conhecimento, podemos nos questionar se essa perspectiva sintética e *a posteriori* é conciliada com a noção de verdades necessárias. Um exemplo clássico que expressa porque este não seria um problema para Papineau é a sentença “água é H2O”. Esta é consensualmente uma sentença necessária, mas que é alcançada apenas com o auxílio da investigação empírica. Embora existam questões centrais na filosofia que sejam necessárias, a filosofia em si não diz respeito à necessidade. A filosofia diz respeito às coisas no mundo. De acordo com Papineau: “Queremos saber sobre categorias reais como conhecimento, livre arbítrio, pessoas e assim por diante – tipos que existem e fazem a diferença neste mundo” (PAPINEAU, 2018, p. 310).

No artigo *“The nature of a priori intuitions: analytic or synthetic?*” de 2013, Papineau afirma o caráter sintético das intuições, questionando, entretanto, sua

relevância na prática filosófica. De modo geral aqueles que atacam o uso da intuição o atacam a partir de experimentos realizados pela filosofia experimental e aqueles que defendem, a defendem argumentando o aspecto *a priori* ignorado pelos filósofos experimentais, para Papineau uma questão que não é levantada, é quanto ao motivo de o conhecimento *a priori* ser considerado o mais confiável, ou ainda, como podemos fazer descobertas sobre o mundo apenas através do pensamento (2013, p. 1. Tradução minha).

Papineau acredita que a extensa confiabilidade em intuições *a priori* ocorre devido a um debate que tem sido fomentado sobretudo pelos naturalistas, a saber, a distinção analítico-sintético. Entende-se, resumidamente, que quando uma verdade é analítica ela é conhecida *a priori*, isso significa que o conhecimento de tais verdades ocorre a partir da compreensão dos conceitos envolvidos sem a necessidade de informações sobre o mundo físico. De outro lado as informações sintéticas dizem respeito às informações perceptivas do mundo. Para aqueles que defendem as intuições, o debate analítico-sintético levanta um problema. As informações filosoficamente relevantes deixam de ser interessantes na medida em que não nos trazem informações sobre o mundo, por outro lado, pode-se argumentar que se as intuições são sintéticas elas não são confiáveis, veremos mais sobre essas questões no que se segue.

Com relação a analiticidade, Papineau definiu a noção de analiticidade nos seguintes termos, “uma afirmação é analítica se a estrutura dos conceitos expressos por seus termos não lógicos garantir sua verdade lógica” (2013, p. 3. Tradução minha). Desta forma pode-se dizer que um agente que compreende os conceitos relevantes estará em condições de apontar se a afirmação é verdadeira.

Há três noções que nos auxiliam na compreensão da distinção analítico-sintético e que apontam dúvidas na noção de analiticidade, são elas; (a) poderíamos questionar se um conceito que contém informações pode garantir logicamente verdades analíticas, na medida em que um conceito faz referência a um objeto externo, através de cadeias causais, nesse sentido ele perderia sua característica analítica. Ainda os casos explicitamente descritivos, como, um quadrado tem quatro lados, não garantem verdade lógica. Considerando que não é determinado quem estaria em posição de compreender completamente os

conceitos envolvidos. (b) O segundo ponto refere-se ao modo como um agente obtém o conhecimento das verdades analíticas que são logicamente garantidas. Não é compreensível que seu ponto de partida seja *a priori*, parece ser necessário postular um tipo de conhecimento *sui generis* e não inferencial para garantir a analiticidade, para Papineau tal definição parece pressupor o que precisa ser explicado (c) em terceiro lugar Papineau cita a própria lógica na medida em que nada garante que as verdades lógicas dependem da estrutura dos conceitos envolvidos. Entretanto ainda poderíamos afirmar que seriam analíticas no sentido em que são logicamente garantidas. Papineau não pretende defender nem mesmo atacar a existência do método analítico, para o autor "as verdades da lógica não são elas próprias filosoficamente significativas" (PAPINEAU, 2013, p. 6. Tradução minha). De acordo com Papineau, as declarações analíticas não trazem contribuições significativas para a filosofia pois as verdades analíticas não dependem daquilo que existe no mundo real[18].

De outro lado, estão os defensores das intuições *a priori* que endossam seu aspecto sintético. Nesse sentido cabe à filosofia expressar informações reais sobre o mundo. Poderíamos nos questionar como podemos conhecer alguma verdade sem o auxílio da experiência e que, no entanto, sua verdade corresponda ao mundo real? Não há contradição em afirmar que uma intuição possa expressar informações sobre o mundo real sem ser adquirida pela experiência, os filósofos modernos, por exemplo, acreditavam que Deus pudesse fornecer informações a razão.

Algumas hipóteses acerca do conhecimento sintético *a priori* levantadas por Papineau são: (a) o invocado por Frank Jackson no conhecido experimento de pensamento "o quarto de Mary", nos termos de Jackson:

> Mary é uma brilhante cientista que, por qualquer motivo, é forçada a investigar o mundo de uma sala em preto e branco por meio de um monitor de televisão em preto e branco. Ela é especialista em neurofisiologia da visão e adquire, suponhamos, todas as informações físicas disponíveis para obter informações sobre o que acontece quando vemos tomates maduros ou o céu, e usamos termos como 'vermelho', 'azul' e assim por diante. Ela descobre, por exemplo, exatamente quais combinações de comprimento de onda do céu estimulam a retina e exatamente como isso produz, através do sistema

[18] Contudo poderíamos dizer que tal afirmação é controversa pois as verdades anaticas podem aumentar nosso entendimento sobre o mundo, se considerarmos, por exemplo, o uso de casos hipotéticos e contrafactuais na prática filosófica.

> nervoso central, a contração das cordas vocais e a expulsão de ar dos pulmões, o que resulta no enunciado da frase 'O céu é azul'[19] (JACKSON, 1982, p. 130. Tradução minha).

Esse experimento de pensamento sugere que a posse de um conceito *a priori* deve garantir conhecimento sintético, no caso o conceito de vermelho é conhecido anteriormente a experiência de ver a rosa, para Papineau essa é uma forma na qual o conhecimento sintético *a priori* se apresenta de forma misteriosa e não deve ser considerado. (b) As intuições carregam informações que são fundamentadas nos esforços de nossos ancestrais intelectuais, embora é compreensível que nem todas as intuições passadas por tradição são confiáveis, considerando a rigorosidade filosófica podemos esperar que os intelectuais treinados tenham filtrado elementos que não sejam bem fundamentados. Esse tipo de conhecimento entra na conta do *a priori* na medida em que o conhecimento é adquirido sem que os sujeitos individuais recorram às suas próprias experiências perceptivas.

Embora Papineau aponte que as intuições sintéticas *a priori* possam ser uma fonte de conhecimento, não é compreensível que a mesma deva desempenhar algum papel na atividade filosófica. De acordo com o autor a própria natureza da filosofia põe em dúvida o caráter sintético *a priori* das intuições. Para Papineau no método filosófico:

> Ideias diferentes estão nos empurrando em direções contraditórias, e precisamos descobrir quais endossar. Nesse tipo de contexto, seria perverso conceder qualquer autoridade às nossas inclinações intuitivas. Nosso problema é precisamente que existe alguma falha no corpo coletivo de suposições que vêm naturalmente para nós. Se quisermos terminar com uma teoria sintética geral coerente que esteja de acordo com os fatos empíricos, precisaremos avaliar todas as suposições por seus méritos. Privilegiar aqueles que nos parecem intuitivamente corretos pode apenas nos prejudicar (PAPINEAU, 2013, p. 18 - 19. Tradução minha).

---

[19] *No original:* Mary is a brilliant scientist who is, for whatever reason, forced to investigate the world from a black and white room via a black and white television monitor. She specialises in the neurophysiology of vision and acquires, let us suppose, all the physical information there is to obtain about what goes on when we see ripe tomatoes, or the sky, and use terms like 'red', 'blue', and so on. She discovers, for example, just which wave-length combinations from the sky stimulate the retina, and exactly how this produces via the central nervous system the contraction of the vocal chords and expulsion of air from the lungs that results in the uttering of the sentence 'The sky is blue'.

Na medida em que surge um problema filosófico, todas as questões envolvidas são postas em dúvida e precisam ser reexaminadas. Nesse sentido, em resumo, podemos afirmar que para Papineau as intuições analíticas são vazias e as intuições sintéticas *a priori* não são confiáveis. Os filósofos experimentais vão ao encontro da perspectiva de que as intuições analíticas não possuem relevância filosófica e que em sentido amplo não podem ser confiáveis, todavia o método adotado pelos autores é bastante diferente, o que veremos na próxima seção.

2.3. A Crítica dos Filósofos Experimentais ao Uso de Intuições

O movimento da filosofia experimental surgiu no séc. XXI, com um retorno à filosofia tradicional. Os filósofos tradicionais se preocupavam com como os seres humanos atualmente são, sem estabelecer uma separação rígida entre a filosofia e a sociologia, história e ciência política. Um aspecto marcante da filosofia experimental é quanto a sua metodologia, diferentemente dos filósofos analíticos, chamados também de "filósofos de poltrona", os filósofos experimentais realizam estudos empíricos por vezes realizando experimentos psicológicos que visam extrair as intuições que as pessoas têm sobre temas centrais na filosofia (NICHOLS, KNOBE, 2008).

Investigar as intuições que as pessoas têm acerca de questões centrais para a filosofia não é um método exclusivo da filosofia experimental, diversos exemplos de filósofos analíticos que recorrem às intuições já foram citados ao longo dessa dissertação. Todavia o movimento da filosofia experimental oferece razões para sermos céticos ao uso de intuições[20]. Pode-se afirmar que uma série de estudos empíricos têm desafiado o uso de intuições enquanto evidências para a prática filosófica.

Goldman e Pust (1998) apresentam uma distinção entre os intuicionistas extra-mentalistas e mentalistas, enquanto os extra-mentalistas tem como alvo (i)

[20] Embora a maioria dos filósofos experimentais defenda a falta de confiabilidade das intuições devido a sua variação, Zamzow e Nichols realizaram experimentos publicados no artigo “Variations in ethical intuitions” que apontam que as variações trazem benefícios para a metodologia filosófica.

universais ou formas platônicas, (ii) verdades modais e (iii) tipos naturais, o alvo dos filósofos mentalistas são os conceitos e as informações representadas mentalmente. Desta forma, revisemos um importante problema que os filósofos experimentais apresentam para o uso de intuições como evidência, a saber, a variação das intuições dentro e/ou entre culturas e subculturas, tal problema aponta que as intuições morais são influenciadas por fatores moralmente irrelevantes, sendo assim não são passíveis de confiabilidade. O argumento da diversidade cultural que revisaremos desafia as intuições extra-mentalistas na medida em que desafia as intuições que são indicadores da confiabilidade do fenômeno extra-mental.

Quando consideramos o uso de intuições morais para casos limítrofes na ética, por exemplo, casos de aborto posterior ao terceiro mês de gestação, casos de mutilação feminina em algumas partes da África, o suicídio assistido para pacientes em casos de doença terminal, e congêneres. Parece haver contradições em nossas intuições morais, pois diversos são os casos e motivos que nos encaminham a desacordos morais, e quando nos deparamos com estes, como podemos determinar quais intuições são corretas?

Se pensarmos no conhecido experimento de pensamento do *Violinista*[21] elaborado por Judith Thompson. Este experimento foi elaborado pela autora como uma analogia ao aborto, para alguns o aborto é considerado pior que um assassinato enquanto para outros é como um procedimento médico necessário. A questão do aborto é passível de uma quantidade relevante de desacordos morais, pensamos que as pessoas discordam em algumas questões morais pois tem intuições morais diferentes.

Tomemos inicialmente a concepção dos filósofos experimentais de que pessoas em diferentes culturas possuem crenças, sobre questões fundamentais na ética, diferentes, embora haja questões nas quais há algum consenso. Em um artigo chamado "*Gender and Philosophical Intuition*" (2011), Wesley Buckwalter e Stephen Stich defendem que quando mulheres e homens sem treinamento filosófico são apresentados a experimentos de pensamento que são comumente utilizados na filosofia as intuições extraídas desses experimentos hipotéticos são significativamente diferentes. Para comprovar essa tese de que

[21] O experimento está citado na íntegra na seção 2.1.

mulheres e homens têm intuições morais diferentes, sobre casos de aborto, Buckwalter e Stich aplicaram um experimento com 122 mulheres e 176 homens, para estes foi lido o experimento do *Violinista*, e foram questionados da seguinte forma: “Puxar o plugue de sustentação do violinista é?” os participantes deveriam escolher em uma escala de 1 a 7, onde 1 corresponde a “moralmente proibido”, 4 a “moralmente permissível” e 7 corresponde a “moralmente obrigatório” (BUCKWALTER, STICH, 2014, p. 11). O que foi constatado com o experimento é que os homens possuem maior probabilidade em dizer que o plugue deve ser puxado, enquanto as mulheres tendem a considerar em sua maioria “moralmente proibido”, embora não haja uma boa explicação para a existência de tais diferenças nas intuições de homens e mulheres.

Dados da filosofia experimental apontam que diversos fatores filosoficamente irrelevantes fazem com que haja variação nas intuições. A chamada *defesa do especialista* (*expertise defense*) surge como uma resposta a esse problema que desafia a confiabilidade das intuições, bem como, é uma resposta dada por aqueles filósofos que possuem uma perspectiva mentalista. De acordo com Joachim Horvath e Alex Wiegmann:

> Os proponentes da *defesa do especialista* argumentaram de várias formas que os filósofos profissionais são os especialistas relevantes no que diz respeito à avaliação intuitiva de experimentos mentais, que, portanto, pode-se esperar que sejam amplamente resistentes à influência de fatores irrelevantes [...] Como a maioria das descobertas da filosofia experimental se refere apenas a intuições leigas, essas descobertas podem, portanto, ser ignoradas como irrelevantes para a prática filosófica, que se baseia principalmente nas intuições de filósofos profissionais bem treinados (HORVATH, WIEGMANN, 2016 Paginação irregular. Tradução minha.)

Horvath e Wiegmann investigam as intuições dos especialistas em filosofia com três principais focos, são estes:

(a) fazer uma comparação entre as intuições do especialista em filosofia,

(b) medir a qualidade das intuições do especialista em relação às intuições das pessoas comuns e

(c) avaliar se as intuições dos especialistas em filosofia estão alinhadas com o consenso da própria filosofia.

Para que seja apoiada a defesa do especialista é necessário que haja diferenças significativas nas intuições dos filósofos e das pessoas comuns, e ainda, as intuições dos especialistas devem apresentar algum tipo de

aprimoramento em relação às intuições das pessoas comuns. Outro ponto é que se as intuições dos filósofos não estiverem alinhadas com o pensamento filosófico isso demonstra um problema para os proponentes da defesa do especialista, pois à uma discordância entre as intuições da autoridade com a teoria filosófica.

Horvath e Wiegmann realizaram dois experimentos, vejamos um deles para ilustrar. O experimento foi realizado com 224 participantes, 82 identificados como especialistas e 124 leigos. O experimento foi realizado na internet através de um link que direcionava os participantes para as vinhetas. Os participantes deveriam responder em uma escala Likert de 6 pontos, onde 1 corresponde a discordo totalmente e 6 a concordo totalmente. E ainda os participantes deveriam ler as vinhetas e responder as perguntas alvo, os autores apresentam cinco casos que continham o mesmo problema de fundo, mas divergindo no nível de nitidez do problema, tomemos uma vinheta para ilustrar:

> Um segurança monitora várias telas de vídeo que mostram o que está acontecendo em um prédio do outro lado da rua. À meia-noite, o guarda verifica suas telas de vídeo e vê, em cinco telas diferentes que mostram cinco escritórios diferentes, que as pessoas ainda estão trabalhando em seus escritórios. Ela pensa consigo mesma: 'Ainda há alguém no prédio'. Quatro das cinco telas estão de fato funcionando corretamente. Porém, devido a um mau funcionamento incomum, uma das cinco telas mostra na verdade uma fita de vídeo da noite anterior, e hoje esse escritório em particular já está vazio.[22] (HORVATH, WIEGMANN, 2016. Paginação irregular. Tradução minha.)

Os participantes receberam a pergunta alvo “O quanto você concorda que o segurança sabe que ainda há alguém no prédio?”

Os resultados mostraram que com relação os principais focos testados, (a) a maioria dos casos houveram diferenças significativas nas intuições dos especialistas e das pessoas comuns, entretanto, não houveram diferenças significativas entre as intuições dos epistemólogos de diferentes níveis de formação, o que sugere que aquele grupo de especialistas que molda o debate filosófico não possuem intuições significativamente diferentes daqueles que

[22] *No original*: “A security guard monitors a number of video screens that show what is going on in an office building across the street. At midnight, the guard checks her video screens and sees, on five different screens that show five different offices, that people are still working in their offices. She thinks to herself: ‘‘There is still someone in the building.’’ Four of the five screens are in fact working properly. But due to some unusual malfunction, one of the five screens actually shows a videotape from the night before, and today this particular office is already empty.”

estão iniciando na pesquisa epistemológica. (b) As pessoas comuns foram testadas para empregar confiabilidade em diferentes agentes e não foram encontradas diferenças significativas entre as intuições das pessoas comuns. (c) As respostas dos especialistas em três dos cinco experimentos foram contra a tradição filosófica[23] de acordo com Horvath e Wiegmann (2016), enquanto a tradição filosófica aponta como instâncias de não conhecimento os epistemólogos testados apontaram como casos nítidos de conhecimento.

Os experimentos apresentados trazem importantes questões para pensar a confiabilidade das intuições filosóficas, sobretudo acerca da influência de fatores irrelevantes nas intuições dos especialistas em filosofia. Uma série de outros experimentos[24] foram realizados por filósofos experimentais que apontam que as intuições não são confiáveis para os objetivos que os filósofos buscam e por esse motivo que os filósofos experimentais defendem que os filósofos em geral devem deixar de lado o apelo às intuições.

Embora os desafios céticos apresentem um lado do uso de intuições que sugere que a prática filosófica deve abandonar as intuições, essa discussão não se encerra tão brevemente. No próximo capítulo nos ocuparemos de uma perspectiva moderada das intuições que possibilite lidar as com os problemas referentes às posições positivas de Bealer e Kornblith, e ainda, com os desafios céticos traçados por Cappelen, Papineau e os filósofos experimentais.

---

[23] Quando falamos de ir contra a tradição filosófica estamos nos referindo a uma aquisição de conhecimento por sorte, como nos referidos casos Gettier, entretanto poderia-se que tal conclusão direciona a um tipo de ceticismo se considerarmos que ⅘ das câmeras estão funcionando corretamente.

[24] Ver “O desafio da filosofia experimental para a “Grande Tradição” (2016) de Tobia e Stich para um panorama geral.

3. UMA DEFESA MODERADA PARA O USO DAS INTUIÇÕES

Quando os filósofos propõem uma caracterização do recurso de apelar às intuições, seja ele positivo ou negativo, eles não apresentam preocupações com os relatos de outros filósofos sobre as intuições. O que faz com que de um lado seja excluído os estados mentais que outros filósofos caracterizam por intuições. E ainda que tenhamos uma variedade de definições do uso de intuições. Alguns desses relatos das intuições trabalhamos no decorrer desta dissertação. Autores como Williamson alegam que caracterizações demasiadamente restritivas da intuição não dão conta dos papéis mais promíscuos que a mesma desempenha na atividade filosófica (2007).

Uma série de filósofos utiliza as intuições quando recorre ao método dos casos, alguns filósofos naturalistas levantam críticas a esse método na medida em que estes falam sobre teses modais que não podem ser investigadas por métodos puramente empíricos, enquanto autores como Goldman acomodam as intuições modais a sua perspectiva naturalista. O método de recorrer a casos hipotéticos, todavia, é bastante utilizado na prática filosófica, alguns filósofos por sua vez argumentam que esse método deve ser abandonado devido as teses intuitivas clássicas que acabaram sendo abandonadas (Papineau, Cappelen, Kornblith).

Esse capítulo encontra-se dividido em duas grandes partes: Nessa primeira seção serão desenvolvidas algumas respostas as perspectivas positivas da intuição sugerindo a interpretação de Janet Levin onde a confiabilidade das intuições deriva de evidências *prima facie* e *secunda facie*. Tentaremos ainda uma resposta às perspectivas negativas a partir do naturalismo moderado de Levin, bem como os argumentos de Ernest Sosa que nos direcionam a uma defesa da filosofia analítica contra os ataques dos filósofos experimentais. Na segunda parte deste capítulo desenvolvemos o papel da intuição dentro do naturalismo, avaliando algumas perspectivas de endosso intuitivo aos moldes de Goldman. O autor sugere que as intuições são evidências de primeiro e segundo nível.

3.1. Janet Levin: A Indispensabilidade das Intuições

Nessa seção nos ocuparemos de analisar os problemas apresentados nas perspectivas positivas das intuições, bem como, em responder aos problemas das perspectivas negativas. Na primeira parte desta seção pensemos nos problemas do modelo intuitivo apresentado por Bealer, bem como nas respostas sugeridas por Levin[25]. De acordo com os filósofos neo-tradicionalistas, como é o caso de Bealer, as intuições podem ser confiáveis desde que elas passem por alguns requisitos racionais, para delinear seu status evidencial. Os filósofos neo-tradicionalistas são aqueles que reivindicam a autoridade e autonomia da filosofia em relação à ciência. Tal afirmação está sustentada no argumento de que a filosofia depende puramente de raciocínio *a priori*. Segundo Levin um argumento contra essa perspectiva que poderíamos pensar é o famoso caso essencialista da água. Desde a afirmação de Kripke de que existem verdades necessárias que são *a posteriori*, no exemplo da água, podemos ver de forma frequente casos de intuições sobre possibilidade que são apoiadas por investigação empírica, deste modo, as intuições são afetadas pelo desenvolvimento científico.

Como resposta ao argumento essencialista, Bealer reforça seu argumento acerca da confiabilidade das intuições em uma analogia entre julgamentos intuitivos e julgamentos perceptivos. Para Levin, "existem vários motivos positivos para pensar que as observações empíricas fornecem informações confiáveis sobre o mundo que não têm contrapartidas no caso da intuição" (2004, p. 197. Tradução minha). A primeira colocação de Levin, é que não há discordâncias tão evidentes – com relação às intuições - em julgamentos perceptivos entre diferentes culturas, há uma ampla aceitação de que teorias perceptivas são geralmente confiáveis e ainda, nossas teorias mais abrangentes sobre o mundo são apoiadas pela percepção, por exemplo, a afirmação de que a terra é redonda. Quanto as intuições filosóficas modais, por outro lado, não temos um meio de verificar sua confiabilidade, o que levou uma série de filósofos a adotar uma perspectiva negativa as intuições, como Papineau. Bealer, todavia,

[25] Os argumentos de Bealer encontram-se desenvolvidos no primeiro tópico do primeiro capítulo, por esse motivo aqui só faremos menção a eles.

endossa o chamado “argumento da necessidade” que apela para uma fonte de evidência extra empírica. A garantia dada por Bealer, para o caráter evidencial das intuições, é a posse determinada dos conceitos, deste modo, se nossas intuições não são guias adequados para determinadas reivindicações é devido à falta de compreensão adequada dos conceitos envolvidos.

Para Levin, o problema na perspectiva da posse dos conceitos de Bealer, da abertura para o ceticismo “sobre se temos posse determinada, ou total entendimento, dos conceitos envolvidos na investigação filosófica praticada neste momento” (LEVIN, 2004, p. 198. Tradução minha). Se Bealer argumentar que o que atrapalha uma reinvindicação é a falta de compreensão de um conceito, podemos lhe apontar a história da filosofia impregnada por intuições não confiáveis. De acordo com Levin:

> Se essas intuições não tinham a autoridade necessária, então nossos ancestrais filosóficos não deveriam ter possuído de forma determinada os conceitos relevantes, por mais firmes que tenham sido suas convicções em contrário. Por que, então, devemos assumir que estamos em melhor forma? (LEVIN, 2004, p. 199. Tradução minha.)

Se pensarmos aqui a exemplo dos casos Gettier os quais dão origem a uma série de intuições divergentes, não parece ser o caso de que estejamos uma situação de afirmar que nos encontramos (nos filósofos) no melhor momento de nosso desenvolvimento cognitivo para supormos que temos maior autoridade que nossos ancestrais teóricos. Essas preocupações com a confiabilidade das intuições levam uma série de autores a minimizar o papel das intuições quando se refere a reivindicações modais.

Alguns filósofos naturalistas, e aqui nos referimos sobretudo a Kornblith, por outro lado, concordam que a filosofia se refere a natureza, ou ainda a essência dos fenômenos. Esses fenômenos são tratados por Kornblith como “tipos naturais”, como a água. E ainda, podem ser conhecidos por meios empíricos. Kornblith coloca um peso diferente na confiabilidade das intuições, para o autor as intuições possuem algum papel na orientação filosófica, mas apenas para nos auxiliar a identificar casos explícitos desses fenômenos, para esses naturalistas “o papel da intuição na determinação das essências dos tipos

naturais é mínimo e suas competências podem eventualmente ser anuladas pela teoria empírica" (LEVIN, 2004, p. 200. Tradução minha).

Desta forma a filosofia seria continua com as ciências, todavia, para Levin, não é compreensível que "investigações sobre a natureza do conhecimento, causalidade e crença sejam suficientemente análogas às investigações sobre a natureza da água ou do calor" (LEVIN, 2004, p. 200. Tradução minha). Para a autora não parece o caso que cientistas cognitivos tenham tido muitos avanços, por exemplo, no estudo do conhecimento, considerando que os epistemólogos ainda estão divididos sobre qual o melhor método de produção de crenças confiáveis.

De um lado há nessa discussão os filósofos que se preocupam com investigações puramente *a priori* dos conceitos que possuímos, e de outro lado os filósofos naturalistas que consideram que a investigação filosófica é acerca de tipos naturais. Para Janet Levin não parece ser o caso que filósofos estejam empenhados em pura reflexão racional, tanto quanto, não parece ser o caso que esteja apenas esperando por descobertas científicas para avançar em suas investigações. A autora sugere que uma maneira melhor de compreender as intuições é como julgamentos instantâneos daquilo que acreditamos ser necessário ou possível, que, todavia, passa pela reflexão adequada para garantir a evidência relevante. Tal proposta, contudo, à primeira vista, parece minar a autoridade da filosofia. Entretanto, de acordo com Levin: "se nossas intuições refletem nossas teorias empíricas (e princípios pragmáticos e metodológicos), o uso das intuições filosóficas deve ter mais autoridade do que se resultasse apenas da reflexão racional" (2004, p. 206. Tradução minha). Na perspectiva de Levin, negar a autoridade da filosofia sobre as demais ciências é o único modo de reivindicar a autonomia pretendida pelos filósofos.

Os defensores da filosofia enquanto pura reflexão racional, podem apresentar dois principais argumentos: Os neotradicionalistas, como Bealer, podem sugerir que se as pessoas têm diferentes intuições sobre se F não é G, estas pessoas possuem diferentes conceitos sobre F e G. O que poderia ser tomado como influenciado por fatores empíricos, é tomado por um neotradicionalista como a substituição de um conjunto de conceitos por outro. Janet Levin não acredita que essa seja a saída correta, de acordo com a autora,

parece haver uma lacuna entre nossos conceitos e aquilo que eles pretendem denotar no mundo. Se o intuito desses filósofos é tornar a intuição mais robusta por meio da reflexão, parece que a mesma está sendo refinada e não modificada ao decorrer do tempo, o que não parece ser o caso dado a variedade de conflitos na história da filosofia. Os neotradicionalistas poderiam então argumentar que não há contribuição empírica nas mudanças na posse de conceitos, que mudanças metodológicas e de background poderiam causar mudanças intuitivas. Se pensarmos nos termos de Bealer, não parece o caso que apenas a melhoria de nossas condições cognitivas, sem influências empíricas, nos garantiria a aplicação correta dos conceitos.

Os naturalistas que endossam intuições de tipos naturais, e que, nesse sentido, argumentam um papel fraco das intuições devido aos conflitos com o desenvolvimento científico, como Kornblith, apontam que as evidências empíricas são deveras esmagadoras e nos levam a abandonar ou ainda mudar o apelo intuitivo. Para Janet Levin não é o caso que todas as intuições que entram em conflito com considerações empíricas desaparecem, para a autora os casos em que nossas intuições desaparecem são mais raros do que aparentam ser. De acordo com Levin, há apenas um caso em que intuições modais entram em conflito com considerações empíricas e este caso envolve o fenômeno da consciência. Se considerarmos cenários hipotéticos como o desenvolvido por Chalmers onde zumbis possuem consciência[26], a consciência não pode ser reduzida a estados físicos ou funcionais. Entretanto, por não ser este o nosso foco não nos deteremos nessa questão.

Concluímos até aqui que as caracterizações positivas da intuição seja enquanto racional *a priori* seja enquanto tipo natural *a posteriori* não nos oferecem respostas para o papel probatório das intuições. Todavia veremos no

[26] O experimento de pensamento da possibilidade lógica de zumbis é expresso por Chalmers em sua obra “The counscious mind” nos seguintes termos: “So let us consider my zombie twin. This creature is molecule for molecule identical to me, and identical in all the low-level properties postulated by a completed physics, but he lacks conscious experience entirely. (Some might prefer to call a zombie "it," but I use the personal pronoun; I have grown quite fond of my zombie twin.) To fix ideas, we can imagine that right now I am gazing out the window, experiencing some nice green sensations from seeing the trees outside, having pleasant taste experiences through munching on a chocolate bar, and feeling a dull aching sensation in my right shoulder.” (CHALMERS, 1996. p. 95)

que se segue que as considerações negativas ao uso das intuições não encerram a questão das intuições enquanto evidências.

No artigo *"Intuitions in Philosophy: a minimal defense"* (2014), David Chalmers apresenta uma série de respostas a tese de Cappelen contra o uso de intuições na filosofia. Chalmers alega que Cappelen não apresenta uma definição de intuição, e que as três características apresentadas são características que comportam a noção de Bealer[27] e de alguns outros filósofos sobre as intuições. Todavia, Cappelen não demonstra com suas três características das intuições que todos os autores que recorrem às intuições estão equivocados. No entanto podemos afirmar que o desafio teórico traçado por Cappelen é bastante interessante na medida em que problematiza um assunto irrefletido.

Chalmers aponta que Cappelen, em seu livro, não faz nenhuma objeção direta a Tese da Centralidade. No que se refere ao primeiro argumento de Cappelen contra o uso de intuições Chalmers aponta que:

> [...] os filósofos usam "intuitivamente" para marcar uma afirmação que eles consideram ter uma justificação dialética amplamente não inferencial[28] . Grosso modo, é a maneira de assinalar que eles tomam a reivindicação como justificada de uma maneira que não requer argumentos ou outras formas de apoio inferencial amplo (CHALMERS, 2014, p. 5. Tradução minha.)

Para o autor apesar de não haver um consenso entre os filósofos quanto a definição do termo intuição é necessário que se formule uma noção mínima de intuições não fortemente teórica (bem como a supracitada), mas que se diferencia da noção de intuição utilizada em nossa vida cotidiana, considerando que a utilização de intuições é de interesse filosófico (CHALMERS, 2014, p. 1).

Com relação ao segundo argumento Chalmers responde as características colocadas por Cappelen. A primeira característica (F1) de que as intuições possuem uma fenomenologia especial, Chalmers alega ser

---

[27] Na obra *Intuition and the autonomy of Philosophy*, Bealer aponta ser um equívoco tratar os resultados de experimentos de pensamentos como intuições racionais, um experimento de pensamento pode resultar em intuições físicas acerca do que aconteceria em uma situação hipotética. Deste modo, creio que Bealer estaria de acordo com a afirmação de que os filósofos estão equivocados quanto aos seus próprios métodos.

[28] Ver Chalmers (2014) páginas de 3-5 para a definição de justificação dialética amplamente não inferencial.

controverso que exista uma fenomenologia da cognição que seja distinta da fenomenologia sensorial. Referente a segunda característica (F2) de que as intuições possuem um status epistêmico especial, Chalmers argumenta que o status epistêmico das intuições faz seu papel ainda mais importante, quando Cappelen alega que as intuições não possuem uma justificação ele está referindo-se à justificação inferencial, muitos autores defendem que as intuições possuem uma justificação não inferencial, próximo do que poderíamos chamar de “isto parece óbvio”. No que diz respeito ao terceiro argumento (F3) de que as intuições são baseadas apenas na competência conceitual, Chalmers aponta que as intuições morais e normativas estão fora do campo conceitual, tal como as intuições fenomenológicas, ontológicas e linguísticas, embora haja intuições conceituais, elas não se limitam ao campo conceitual (CHALMERS, 2014, p. 2-3). Deste modo Chalmers endossa que os problemas levantados por Cappelen não são suficientes para comprovar que os filósofos não confiam nas intuições, ou que estão equivocados em seus métodos.

Em seu artigo “*Armchair Methodology and epistemological naturalism*” publicado em 2013, Janet Levin apresenta uma conciliação entre aspectos da filosofia de poltrona e aspectos da filosofia analítica. Nosso objetivo, a partir daqui é argumentar em favor do uso de intuições na filosofia sobretudo respondendo os desafios céticos traçados por Papineau e pelos filósofos experimentais.

O problema levantado por Papineau, o qual tratamos na seção 2.2, levanta a questão acerca do peso probatório *prima facie* da intuição, sobretudo quando são extraídas a partir de casos hipotéticos e contrafactuais. Para Papineau as intuições derivam de suposições empíricas, deste modo a investigação filosófica deve ocupar-se de afirmações sobre o mundo que estão sujeitas a experimentação. Embora Papineau endosse não ser necessário nenhuma mudança na prática filosófica para que façamos uma aproximação com a ciência, Janet Levin alega que parece haver diferenças substanciais entre a ciência e o método da filosofia analitica. Para a autora julgamentos sobre, por exemplo, liberdade, responsabilidade moral, identidade pessoal, não parecem originar-se do conhecimento empírico (LEVIN, 2013).

De acordo com Janet Levin, a prática de Papineau de recorrer a simplicidade e sistematicidade no que se refere a disputas baseadas em intuições inibe o progresso filosófico. Pensemos aqui nos debates acerca do livre arbítrio, para Papineau as disputas sobre a natureza do livre arbítrio não podem ser resolvidas pois recaem em conceitos indeterminados, para o autor aqueles que afirmam ou negam que o livre arbítrio é compatível com o determinismo recaem em uma disputa terminológica. Para Levin, tal explicação não esclarece a natureza do livre arbítrio, embora pareça satisfatório afirmar que os filósofos não podem resolver tal questão dado que estão tratando de assuntos diferentes.

Quando falamos de intuições se afirmamos que as alegações acerca das intuições não podem ser resolvidas, pois estas são conceitos indeterminados, podemos estar desistindo da investigação antes de chegar ao fim. Podemos pensar no seguinte exemplo: parece conveniente estimular os filósofos a ignorar atrações intuitivas que os direcionam a endossar que as ações humanas são determinadas por acontecimentos anteriores e por fenômenos da natureza, todavia há estudos atuais que apontam que os incompatibilistas estão inclinados a aceitar que existem ações caracterizadas como livres que não invalidam o determinismo. Embora o compatibilismo parece contraintuitivo Janet Levin sugere que há um progresso filosófico em tal discussão.[29]

Na perspectiva de Papineau a confiabilidade de uma crença depende da mesma ser sensível a evidências empíricas. Podemos pensar em diversos casos hipotéticos que as observações empíricas iriam contra as nossas intuições, também podemos considerar casos em que as evidências empíricas modificam nossos julgamentos intuitivos. Papineau ainda poderia afirmar que mesmo que a evidência empírica não pareça relevante para a crença, tal crença pode ser sensível a evidência empírica caso ela esteja em consonância com uma teoria confirmada por evidências empíricas, ou ainda que não tenha evidências empíricas contrárias. O que não fica explícito para Levin, é o que torna afirmações filosoficamente bem amparadas como “conhecimento é crença

[29] Janet Levin reconhece que há casos como as percepções de Muller-Lyer onde nossas intuições parecem indicar uma percepção incorreta da realidade, mesmo após a colocarmos sob um segundo escrutínio. Neste caso Levin aponta que aqueles filósofos que simpatizam com o naturalismo apontaram que os dados negligenciados em algum momento enfrentaram o tribunal da experiência.

verdadeira e justificada" ou ainda, "a ação moralmente obrigatória é a que produz maior felicidade" empiricamente amparadas na medida em que são contrapostas pelos famosos casos de tipo Gettier e as diversas variações do *Trolley Problem,* por exemplo.

Levin sugere outra maneira na qual uma evidência empírica pode influenciar julgamentos intuitivos, tal maneira é se a força de uma intuição puder ser diminuída dada a reflexão sobre casos empíricos e princípios metodológicos (2013, p. 4131). De acordo com a autora:

> Se for possível que uma reflexão mais aprofundada, ao longo do tempo, sobre esses fatos e princípios possa mudar nosso entendimento geral sobre o que é necessário para ser um membro de um tipo ou instância particular de uma propriedade específica - para que uma descrição inicialmente convincente de uma situação pareça incorreta posteriormente, ou pelo menos não óbvio - então, afirmo que isso é suficiente para permitir que um naturalista invoque julgamentos concretos apoiados por intuição como evidência (*secunda facie*), desde que mantenham sua força intuitiva. (LEVIN, 2013, p. 4131. Tradução minha.)

Papineau no entanto, em sua defesa de que julgamentos intuitivos baseados em conhecimento, identidade pessoal, livre arbítrio e congêneres, são suposições sintéticas, sugere que essas intuições podem ser geradas por mecanismos cognitivos. Para Levin há uma série de problemas com essa perspectiva, em primeiro lugar não é compreensível que na medida em que nossas teorias sejam afetadas algo seja modificado em nossas vidas reais, por exemplo, nossos atos comuns pouco são afetados na medida em que há um experimento hipotético que derrube a teoria tradicional do conhecimento. Em segundo lugar se nossas intuições derivam de mecanismos cognitivos automatizados não poderíamos explicar por que há desacordos entre intuições sobre qual ação é moralmente permissível, por exemplo. Ainda poderíamos nos questionar que, se nossas intuições são mecanismos cognitivos automatizados, porque eles seriam modificados após pensarmos detalhadamente sobre o fenômeno em questão.

Há questões que permanecem se consideramos que nossas intuições são influenciadas por evidências empíricas, como pretendem os naturalistas moderados como Levin e Goldman. Porque a modificação de nossas intuições contariam como um aprimoramento de nossos conceitos e não como uma mudança e ainda, por que isso contaria como um aprimoramento na forma em

que compreendemos um fenômeno. Para Levin, o método dos casos que é utilizado durante toda a tradição filosófica não recorre a um estado cognitivo especial, deste modo não parece haver diferenças significativas no status probatório dos resultados de nossas teorias e de experimentos de pensamento como os casos de tipo Gettier. Nesse sentido devemos pensar que revisamos nossa compreensão de algum fenômeno, e não estamos mudando de assunto como afirmado por Papineau.

No que se refere à crítica dos filósofos experimentais, Janet Levin em um verbete intitulado "*Experimental Philosophy*" (2009) argumenta que os resultados obtidos através de métodos experimentais, a saber a realização de experimentos acerca de questões filosoficamente relevantes, poderiam ser alcançados sem perdas pelo método da filosofia de poltrona. Lembremos aqui que a filosofia experimental surge como uma crítica aos métodos utilizados pelos filósofos analíticos.

A defesa de Levin, para o método da análise conceitual fundamenta-se na perspectiva de Ernest Sosa (2005), que endossa que apesar de que a filosofia experimental possa nos mostrar como a mente humana funciona, ela não representa uma ameaça à metodologia tradicional da filosofia analitica. A intuição desempenha um importante papel nessa perspectiva, como defenderemos mais a frente, e é endossado por Levin. As intuições são boas evidências para teorias filosóficas, na medida em que elas permanecem estáveis após passar pelo escrutínio da reflexão, nesse sentido os resultados obtidos pelos filósofos experimentais, ou seja, resultados de nossas intuições sobre casos particulares poderiam ser obtido através da metodologia de poltrona. Todavia, cabe ressaltar que a perspectiva da filosofia de poltrona adotada pela autora corresponde a metodologia pós-quineana sobre aquilo que conta como uma verdade conceitual, pressupondo uma menor distância entre a filosofia e a ciência. Tal afirmação sugere que nossas intuições podem mudar com o avanço da ciência, ou seja, formas de ver o mundo que antes pareciam contraintuitivas podem passar a ser intuitivamente atraentes.

As questões levantadas pelos filósofos experimentais que colocam em questão o status evidencial das intuições são, grosso modo, sobre como definir o que torna um sistema de raciocínio melhor que o outro, quando consideramos

que há uma série de fatores que faz com que as intuições variem de cultura para cultura ou até mesmo dentro de uma mesma cultura. Para um epistemólogo analítico a melhor forma de raciocínio é definida elaborando critérios de correção e comparando nossos sistemas com os concorrentes. Todavia um filósofo experimental poderia argumentar que um equilíbrio reflexivo não dá ao sistema de um indivíduo o grau necessário de corretude. Podemos compreender que a crítica levantada pelos filósofos experimentais diz respeito aos critérios de correção dos filósofos analíticos que se baseiam na epistemologia endossada pela comunidade que o indivíduo está inserido. O que pode acarretar vício epistêmico ou ainda em conservadorismo xenófobo.

Uma questão que Ernest Sosa se ocupa é sobre como conceber a filosofia analítica evitando as críticas dos filósofos experimentais. Um primeiro ponto é que se pode afirmar que a mera xenofobia etnocêntrica pode ser separada do equilíbrio reflexivo na medida em que, “se eu acredito que 2 + 2 = 4, porque isso é óbvio após consideração, a razão pela qual acredito, sua óbvia consideração, é bem distinta do fato de que todos os outros também concordam” (SOSA, 2005, Paginação irregular. Tradução minha). Grande parte do fazer analítico emprega um certo tipo de importância para o papel desempenhado pelas intuições, não apenas em casos hipotéticos, mas também na medida em que as intuições orientam e explicam a verdade de algumas teorias.

Uma importante crítica levantada pelos filósofos experimentais é quanto a variação das intuições em diferentes grupos socioeconômicos e culturais, Sosa esclarece que a divergência entre as intuições de diferentes grupos não representa uma dificuldade para a filosofia analítica na medida em que é aceitável que haja divergências nas intuições de diferentes culturas se essas culturas têm diferentes interesses. Nesse sentido as variações nas intuições estão em concordância com os diferentes interesses dos grupos sociais. Podemos considerar que as divergências se dão tanto pelo contexto de quem cria os casos ser diferente das pessoas que respondem os casos, quanto também podemos pensar que a inclusão de uma terceira resposta em experimentos de caso tipo Gettier com a opção “(c) não obtemos informações suficientes para emitir um juízo sobre o conhecimento do agente em questão”, poderia fornecer intuições menos divergentes, bem como, quando os filósofos

experimentais argumentam que as diferentes intuições se dão devido ao que eles chamam de vetores epistêmicos, por exemplo, quando asiáticos empregam maior confiabilidade a fatores comunitários enquanto ocidentais são mais individualistas.

Sosa argumenta que a divergência poderia ser aplicada a diferentes empregos verbais e não a vetores epistêmicos, deste modo, o lado mais valioso para os asiáticos se refere a laços comunitários. Se há uma diferença de significado e asiáticos e ocidentais não estão se referindo às mesmas proposições não há desacordo referente ao emprego de valor epistêmico.

De acordo com Sosa:

> Curiosamente, não são apenas pessoas de diferentes culturas ou diferentes grupos socioeconômicos que aparentemente divergem em intuições racionais sobre questões epistêmicas. Notoriamente, os epistemólogos analíticos contemporâneos discordam entre si, quase todos os professores de faculdades ou universidades, quase todos os ocidentais de língua inglesa. Por um lado, são internalistas, evidencialistas, fundacionalistas clássicos, por outro lado, externalistas de várias faixas (confiabilistas de processos, rastreadores, funcionalistas adequados, alguns epistemólogos da virtude). É cada vez mais claro e cada vez mais reconhecido que as supostas discordâncias intuitivas nessa divisão são em grande parte falsas, que diferentes valores epistêmicos estão em jogo e que grande parte da discordância cederá a um reconhecimento linguístico desse fato, talvez por meio de uma distinção entre conhecimento “animal” e justificação “não-reflexiva”, por um lado, e conhecimento e justificação “reflexiva”, por outro. (SOSA, 2005, Paginação irregular. Tradução minha.)

Dado algumas ponderações sobre a perspectiva positiva e negativa das intuições, veremos no que se segue a resposta de Goldman a alguns desafios céticos que desenvolvemos até aqui, bem como uma alternativa para resguardar o aspecto evidencial das intuições.

3.2 Alvin Goldman: Intuicionismo Confiabilista

Vimos até aqui que as intuições possuem um papel bastante controverso na atividade filosófica. O que parece ser consenso é que os filósofos rotineiramente utilizam-se de experimentos de pensamentos e as respostas dadas a esses experimentos são chamadas de intuições. Quando um autor

utiliza esse recurso em sua teoria ele pretende que essas intuições possuam papel de evidência. Nesse tópico veremos o que Alvin Goldman compreende por intuição, bem como por que elas devem ser tratadas como evidência na atividade filosófica.

Primeiramente comecemos por compreender o Naturalismo endossado por Goldman. De acordo com Goldman:

> "O NM (naturalismo metodológico) afirma que a epistemologia deveria consistir numa ciência empírica ou, pelo menos, deveria ser informada pelos resultados de disciplinas científicas e atenta a elas." (1998, p. 118)

Tal endosso do autor dar-se-á por fortes influências do naturalismo quineano. Goldman, no entanto, coloca um peso maior que Quine em questões epistêmicas de cunho normativo. Goldman propõe uma versão do naturalismo em 1999, que o autor chama de naturalismo moderado, no qual pretende dar conta do problema da normatividade abandonado pelos naturalistas epistêmicos e científicos. A característica do naturalismo moderado que nos interessa é que este não se compromete de forma completa com o empirismo. Deixando em aberto que apreensões racionais possam estar entre fontes de garantia epistêmica.

Um segundo ponto necessário antes de entrarmos na questão central deste tópico é compreender o confiabilismo de Goldman. O confiabilismo é uma vertente do naturalismo metodológico. Na obra publicada originalmente em 1994, Goldman propõe uma reformulação de sua teoria consolidada a partir de sua obra *"What is Justified Belief?"* de 1979 . Todavia sem perder o "ponto arquimediano" de sua tese, a saber, que o status epistêmico de uma crença é determinado por sua relação com a verdade por ter sido produzido por um processo confiável de formação de crença. Goldman propõe-se a tal reformulação na tentativa de responder a críticas feitas a versões anteriores de seu confiabilismo, sobretudo pelas implicações de tais críticas nos debates acerca do naturalismo epistêmico, bem como questões referentes aos debates sobre mentalismo e extra mentalismo.

Keith Lehrer e Stewart Cohen lançam importantes desafios para a teoria confiabilista de Goldman, seus experimentos de pensamento, o exemplo da clarividência e o caso do *Sr. Truetemp*, levantam questões acerca do caráter justificatório da teoria de Goldman. Em seu artigo *"Epistemologia Naturalista e Confiabilismo"* de 1998, Goldman propõe-se a responder sobretudo as críticas que apontam a necessidade de um requisito de justificação de nível superior. A solução para superar uma metajustificação é apresentada com o auxílio da psicologia cognitiva, onde o agente teria um processo confiável de formação de crenças.

O ponto que Goldman propõe-se a responder é com relação ao confiabilismo justificacional, consideremos a formulação proposta: "(R1) A crença de S em p é justificada se e somente se ela é causada (ou sustentada causalmente) por um processo cognitivo confiável, ou uma história de processos confiáveis."(GOLDMAN, 1998, p. 126). Não há em (R1) diferenças significativas em relação a formulação básica de 1979. Por (R1) possuir uma dimensão causal, o agente pode possuir evidências da sua crença, todavia suas evidências podem ser isoladas da crença. De acordo com (R1) a posse de uma crença não é suficiente para sua justificação, bem como não é necessária.

Uma objeção ao confiabilismo explorada por Goldman com relação a (R1) é que este não confere justificação. Pode-se dizer que um agente que não sabe do processo que o conduziu a produzir sua crença não sabe da veracidade de sua crença. Deste modo todas as formas de externalismo necessitam de uma justificação onde o agente possua conhecimento do processo que forma sua crença, esta objeção é levantada por Lehrer, a partir do seguinte experimento de pensamento:

> Suponha que um cirurgião invente um dispositivo que é, ao mesmo tempo, um termômetro muito acurado e um dispositivo computacional capaz de gerar pensamentos. O dispositivo, chamemo-lo de *tempucomp*, é implantado na cabeça do *Sr. Truetemp* de tal modo que a extremidade do pequeno dispositivo fique escondida em seu escalpo, e atue como um sensor para transmitir informação sobre a temperatura para o seu cérebro. Isso produz um processo formador de crença muito confiável, fornecendo-lhe regularmente pensamentos corretos de temperatura, embora ele não tenha ideia de que o *tempucomp* foi inserido em seu cérebro, nem de como ele consegue ter seus pensamentos de temperatura. Ele apenas os aceita irrefletidamente [...] (GOLDMAN, 1998, p. 128).

O problema que o confiabilismo não poderia responder aqui refere-se a como o *Sr. Truetemp* adquire conhecimento de primeira ordem sem saber se seus pensamentos sobre temperatura são confiáveis? Os críticos ao confiabilismo alegam que o *Sr. Truetemp* não possui conhecimento justificado, visto que para haver conhecimento de primeira ordem o agente precisa acreditar justificadamente que sua crença possui uma propriedade externa. Deste modo seria necessário que o confiabilista adotasse uma justificação de nível superior, Goldman adota, para fins argumentativos, o "requisito de justificação de nível superior" (RJNS).

Para que um confiabilista adote o RJNS ele deveria substituir (R1) por (R2), segue abaixo a formulação de (R2):

> (R2) A crença de S em p é justificada se e somente se
>
> (A) A crença de S em p é causada por uma história de processos confiáveis
>
> (B) S acredita justificadamente que sua crença em p é causada por uma história de processos confiáveis. (GOLDMAN, 1998, p.129)

Ainda podemos encontrar alguns problemas na adoção de uma versão robusta do confiabilismo como proposto em (R2). De acordo com Goldman, poder-se-ia dizer que *Truetemp* não possui sua crença devido a inferências confiáveis, bem como, não se poderia afirmar que sua crença está justificada por uma história de processos confiáveis. Para Goldman, isso não impediria a afirmação de que a crença em p esteja intuitivamente justificada.

Outro problema que ainda poderia ser colocado a (R2) é que quando solicitamos uma justificação de segundo nível ela do mesmo modo solicitará uma justificação de terceiro nível, deste modo, caindo em um problema de regresso epistêmico. Uma questão que pode ser adicionada a este problema é a afirmação de que crenças são construídas disposicionalmente (GOLDMAN, 1998). Se considerarmos a tese da superveniência segundo a qual, uma propriedade normativa deve ser instanciada em virtude de uma propriedade natural. Quando colocamos (R2) diante da tese da superveniência, poder-se-ia afirmar que a cláusula (B) não satisfaz a necessidade de uma justificação de primeira ordem ser garantida por uma propriedade natural.

Deste modo, Goldman ainda propõe que pensamos em uma substituição de um confiabilismo robusto por um confiabilismo mais fraco, sendo necessário em (R3) apenas uma meta-crença sobre a construção de uma crença de primeira ordem, tomemos a formulação de (R3):

> (R3) A crença de S em p é justificada se e somente se
>
> (A) A crença de S em p é causada por uma história de processos confiáveis, e
>
> (B) S acredita que sua crença em p é causada por uma história de processos confiáveis. (GOLDMAN, 1998, p. 132)

Goldman aponta que tal formulação não seria superior a formulação de (R1) já que um agente pode ter uma crença justificada sem ter uma história de processos confiáveis. E ainda pode-se dizer que (R3) pode ser satisfeita mesmo que a crença do agente em uma proposição de nível superior seja causada de forma não confiável, por exemplo, de forma que o agente não seja consciente. Sendo assim, Goldman afirma que a mera posse de uma propriedade natural não é suficiente para justificar uma crença.

Descartado (R3) Goldman propõe uma quarta regra, vejamos (R4) no que se segue:

> (R4) A crença de S em p é justificada se e somente se
>
> (A) A crença de S em p é causada por uma história de processos confiáveis,
>
> (B) S acredita que sua crença é causada por uma história de processos confiáveis, e
>
> (C) esta meta-crença é causada por uma história de processos confiáveis (GOLDMAN, 1998, p. 133).

Para Goldman não é certo que (R4) seria uma formulação melhor que as anteriores, porém o autor deixa a critério dos oponentes aceitar ou discordar se essa formulação é suficiente para a justificação.

Dadas as suas tentativas de responder aos críticos que endossam que o confiabilismo não é capaz de corresponder aos requisitos de justificação de nível superior, Goldman apresenta uma tentativa diferenciada de responder aos seus críticos. De acordo com o autor, as teorias internalistas são tão incapazes quanto as externalistas de dar vazão a condição requerida de uma metajustificação.

Goldman propõe que pensemos como o coerentismo se sairia diante da requisição de uma justificação de nível superior. O autor propõe formular o coerentismo simples do seguinte modo: “(C1) A crença de S em p é justificada se e somente se a crença de S em p tem a propriedade CSF” (GOLDMAN, 1998, p. 134). Chamaremos de CSF, a propriedade de estar em coerência com um sistema de crenças de fundo de um indivíduo.

De acordo com Goldman, a definição de interno definida anteriormente por John Pollock, requer que uma propriedade seja acessível de forma direta em primeira pessoa. Deste modo, uma propriedade CSF não é uma propriedade interna. Ao longo de sua vida um sujeito adquire inúmeras crenças, poder-se-ia afirmar que não é possível para um sujeito adulto revisar se uma crença alvo é coerente com todo o seu sistema de fundo. Goldman aponta que deste modo uma teoria coerentista se apresenta tão externalista quanto na formulação (R1) revisada. Dito isso, seria necessário aos coerentistas endossar uma segunda formulação para não necessitar ser reforçado por um requisito RJNS. Pensemos então em (C2):

> (C2) A crença de S em p é justificada se e somente se
>
> (A) A crença de S em p tem a propriedade CSF, e
>
> (B) S acredita justificadamente que sua crença em p tem a propriedade CSF (GOLDMAN,1998, p. 135-136).

Do mesmo modo que em (R2) há problemas de uma hierarquia infinita de crenças e a violação da superveniência, (C2) recai nos mesmos problemas que (R2). A argumentação de Goldman tem por objetivo nos direcionar a reformulação de RJNS tendo em vistas a importância de tal requisito em casos como o do Sr. Truetemp. A solução que Goldman propõe é baseada na tese de Alston, para os autores deve-se requerer que a produção de uma crença tenha um “fundamento”. Para Goldman há uma explicação psicológica para tal questão, “os avaliadores epistêmicos armazenam mentalmente certos protótipos de bons e maus processos formadores de crença, deste modo:

> [..] os processos virtuosos os protótipos virtuosos incluiriam vários processos perceptivos, processos de memória, e “bons” processos inferenciais. Quando surge uma questão relativa ao status justificacional de uma crença-alvo, o avaliador (mais precisamente, o sistema cognitivo do avaliador) considera aquilo que ele sabe sobre o (s) processo (s) que produziram a crença-alvo, e tenta “ajustar” essa

> informação aos protótipos virtuosos. Se ele encontra um casamento [match] suficientemente aproximado, julga ser justificado a crença-alvo (GOLDMAN, 1998, p. 137).

Para Goldman dado este processo pode-se justificar uma crença-alvo sem recorrer ao RJNS. A teoria confiabilista de Goldman traz uma série de implicações para aqueles autores que ainda endossam o externalismo, suas persistentes críticas geram debates importantes na epistemologia contemporânea. A solução apresentada por Goldman ainda não responde uma série de problemas levantados a justificação confiabilista todavia é de grande importância na medida em que coloca problemas a serem desenvolvidos.

Ao que interessa o nosso ponto central nesta dissertação no artigo *"Philosophical Theory and Intuitional Evidence"* publicado em 1998, Alvin Goldman e Joel Pust assumem, grosso modo, que:

> [...] intuições são algum tipo de julgamento mental espontâneo. Cada intuição, então, é um julgamento "que p", para alguma classe de proposição adequada p. Um relato intuitivo é um relato verbal de um julgamento mental espontâneo" (GOLDMAN, PUST, 1998, p. 179. Tradução minha).

Se considerarmos que uma intuição é um julgamento mental espontâneo e que os filósofos utilizam intuições como evidências em premissas de argumentos filosóficos, devemos nos questionar o que dá a essas intuições o status de evidente. Alguns filósofos defendem a perspectiva de que as intuições são compreendidas como *fontes básicas de evidência*. Para Goldman e Pust, assim como para Bealer, as intuições são *fontes básicas*, bem como, outros estados mentais, por exemplo, aparências visuais, aparências auditivas e aparências memoriais, as intuições se enquadram aqui como aparências introspectivas. Cada uma dessas classes de estados mentais possui um conteúdo-M, quando esses estados ocorrem em circunstâncias favoráveis dizemos que o seu conteúdo serve como evidência *prima facie.* Por exemplo, podemos afirmar que se um agente tiver uma aparência visual de que *p* e o mesmo estiver em boas condições visuais, sua aparência visual é uma evidência de que *p*, e assim analogamente para as outras fontes básicas. Goldman e Pust elaboram requisitos para classificar o que é necessário para que uma fonte de

evidência seja básica. Os autores formulam o *requisito de indicadores de confiabilidade* da seguinte maneira:

> (RI) Estados mentais de tipo M constituem uma fonte básica de evidência somente se estados-M são indicadores confiáveis da verdade do seu conteúdo (ou da verdade de conteúdos intimamente relacionados), pelo menos quando estados-M ocorrem em circunstâncias-M favoráveis. (GOLDMAN, PUST, 1998, p. 180. Tradução minha).

De acordo com (RI) quando estados-M ocorrem em circunstâncias-M favoráveis isso indica que os conteúdos dos estados-M geralmente são verdadeiros. Se, por exemplo, tenho a aparência visual de que minha mãe vestia uma camiseta branca pela manhã e se tive essa experiência sob boas condições de luz e sem obstruções à minha visão então é provável que seja verdadeiro que minha mãe estivesse vestindo uma camiseta branca pela manhã.

Ainda há dois recursos que nos auxiliam a caracterizar fontes básicas de evidência, são eles: "(1) um contrafactual dependente e (2) um meio causal" (GOLDMAN, PUST, 1998, p. 180.Tradução minha). De acordo com o primeiro recurso há uma relação de necessidade entre estados-M e conteúdos-M. Se meu estado-M e meu conteúdo-M forem verdadeiros então quaisquer não estado-M será consequentemente falso. Com relação ao recurso (2) há uma cadeia causal que faz com que o os conteúdos-M sejam verdadeiros ou falsos. Há uma série de questões envolvidas em minha aparência auditiva, é necessário que haja som, que a vibração desse som atinja meu tímpano e que este viaje até meu cérebro que interpreta o som. Apenas (RI) é necessário enquanto um indicador de confiabilidade de uma fonte básica, todavia quando não encontramos relação com dependência contrafactual e um meio causal, devemos duvidar da confiabilidade de tal fonte básica.

Cabe considerarmos aqui que nem toda fonte básica configura uma fonte de evidência, como mencionado por Goldman e Pust podemos ter um estado mental de tontura, e nosso estado mental será uma evidência de um estado clínico apenas após ser diagnosticado por um médico. Vejamos que tontura não se parece com o conteúdo do estado-M, e ainda o conteúdo não inclui o diagnóstico feito pelo médico. Assim como o estado mental de tontura a intuição

pode não ser uma fonte básica evidencial, o movimento que será feito por Goldman e Pust será para endossar o status evidencial das intuições e o que as torna diferentes de outras fontes básicas (GOLDMAN, PUST, 1998. Tradução minha).

De acordo com Goldman e Pust, os filósofos que recorrem as intuições não pretendem provar a verdade ou falsidade de uma proposição, mas como os autores que recorrem a casos de tipo Gettier, pretendem desafiar a validade da teoria tripartite do conhecimento. Na metodologia filosófica padrão as intuições são utilizadas em duas etapas, na primeira etapa dizemos que ocorre uma intuição *prima facie* que é tomada como evidência para a verdade ou falsidade de uma teoria geral. Na segunda etapa a verdade de p conta como uma evidência positiva ou negativa na teoria a qual ela é aplicada. Nos interessa aqui a segunda etapa, pode-se dizer que em uma aparência visual, ter dois graus de miopia (digamos que o agente não esteja usando óculos) tornam as circunstâncias desfavoráveis para considerarmos a aparência visual confiável, todavia quando se trata de uma intuição o que poderíamos dizer que torna a circunstância da intuição desfavorável?

Para Goldman e Pust há dois casos onde nossas intuições podem ser distorcidas, a primeira das situações é quando a intuição necessita de informações da vida real e não possuímos todas as informações necessárias para intuir, digamos que é solicitado a um agente qualquer uma intuição sobre construção civil, vamos supor que esse agente é um professor de filosofia que não está familiarizado com construções civis, dado a falta de informações relevantes na área esse agente não é um bom *intuiter* para casos que envolvam construção civil. A segunda situação é a contaminação da teoria, pensemos num filósofo que possui inclinações para endossar uma teoria ética utilitarista de atos, quando apresentado ao Trolley Problem da Philippa Foot - ou ainda as variáveis desse experimento elaborado por Judith Tompson - deverá intuir que é moralmente permissível matar uma pessoa para salvar o maior número de pessoas sempre que apresentado ao caso.

No artigo "*Philosophical Intuitions: Their Target, Their Source, and Their Epistemic Status*" de 2007, Alvin Goldman defende o status probatório das intuições. Para o autor o que mostra que os filósofos confiam em intuições como

evidência é o fato de que como vemos no experimento de pensamento de Haidt: “Um homem vai ao supermercado uma vez por semana e compra uma galinha (morta). Mas antes de preparar a galinha ele faz sexo com ela. Depois ele a cozinha e come” (HAIDT, 2013, p. 23. Tradução minha) as intuições, de desaprovação extraídas desses experimentos de pensamentos são amplamente compartilhadas.

Veremos três argumentos céticos aos quais Goldman ocupa-se em responder, são eles; (1) se as intuições que temos sobre questões cotidianas, como premonições sobre questões futuras são altamente falíveis o que dá as intuições filosóficas um caráter distinto das intuições comuns? (2) As pessoas possuem intuições conflitantes sobre casos filosóficos, pensemos em casos de aborto, incesto e ainda direitos animais. (3) No terceiro caso a dificuldade não está em empregar confiabilidade a intuição, mas em nossa dificuldade de determinar qual a intuição correta. Na ciência quando buscamos por evidências calibramos o instrumento utilizado, na filosofia calibramos o método utilizado para atingir o melhor resultado possível, porém no que se trata de intuições o instrumento utilizado é o agente *intuiter* e não possuímos um modo de calibrar o sujeito que intui, sendo assim não podemos determinar se esse sujeito que intui tem as melhores intuições possíveis.

No que se refere ao primeiro desafio cético (1) Goldman recorre a George Bealer, o defensor das intuições fará aqui uma distinção entre as intuições que interessam à filosofia e aquelas como as que nossa avó tem de que irá chover pois sua cicatriz está doendo. Goldman irá chamar de intuições de classificação ou intuição de aplicação, as chamadas por Bealer de intuições racionais em contraposição às intuições físicas, nesse sentido apenas as intuições racionais possuem valor para o objetivo pretendido pelos filósofos.

Para responder ao segundo desafio cético o confiabilista endossa que é necessária uma investigação cuidadosa sobre os alvos da análise filosófica. Os filósofos não estão interessados em responder a um exemplo ou a um caso hipotético, o que eles pretendem é responder o que é o conhecimento em geral. O alvo da análise filosófica pode fazer diferença para afirmarmos a confiabilidade da intuição, Goldman apresenta cinco maneiras de interpretar os alvos da análise filosófica.

Os dois primeiros alvos não envolvem conceitos, são as formas platônicas e os tipos naturais, ambos envolvem entidades que existem fora da mente do sujeito. No primeiro alvo a intuição advém de entidades não espaciais que são universais como, por exemplo, a forma de justiça. Já no segundo alvo as intuições advêm de propriedades ou de relações naturais. Tomemos primeiramente as formas platônicas, se consideramos que a filosofia tem interesse em formas platônicas, por que algo que ocorre na mente de um sujeito deve contar como evidência sobre uma forma platônica que está em um reino universal? Com relação aos recursos utilizados para caracterizar *fontes básicas*, aparentemente uma intuição de tipo platônico não satisfaz uma necessidade causal pois intuições platônicas não são entidades espaço temporais, também não é compreensível como uma intuição platônica poderia possuir uma dependência contrafactual.

No que diz respeito a interpretação dos tipos naturais, essa perspectiva endossa que os tipos naturais são fenômenos no mundo, e desta forma fazem parte de uma investigação científica sobre como devemos compreender a noção de conhecimento, o problema dessa teoria encontra-se na medida em que ela desconsidera o conhecimento obtido através de casos hipotéticos, Goldman aponta que é conhecível que não podemos saber cientificamente o que é conhecimento no mundo real a partir de experimentos hipotéticos sendo assim contestando uma metodologia filosófica padrão. Ou aceitamos aqui que experimentos de pensamento não devem ser utilizados na prática filosófica, ou que as intuições de tipo naturais não se enquadram na prática filosófica padrão. (2007, p. 7. Tradução minha)

Como terceiro alvo da análise filosófica temos os conceitos no sentido fregeano. Os conceitos nesse sentido são “entidades abstratas de algum tipo, suscetíveis a múltiplos indivíduos” (GOLDMAN, 2007, p. 9. Tradução minha). As intuições tomam aqui o sentido endossado por Bealer, são intuições racionais que possuem uma ligação modal confiável. Os problemas que encontramos aqui segundo Goldman são, o que torna as intuições racionais superiores a outros tipos de intuições, e ainda por que as intuições racionais se classificam como fonte de evidência? Apresentei na seção 1.1 dessa dissertação o argumento de Bealer de porque as intuições racionais diferem-se de outros tipos de intuições.

Goldman prossegue nos questionando se a argumentação de Bealer é eficaz em comprovar o status especial das intuições racionais. Para Goldman a relação modal de necessidade a qual Bealer recorre pode não ocorrer de imediato, quando somos apresentados a um caso de tipo Gettier, por exemplo, pode parecer que o caso apresentado não é um caso de conhecimento sem que de imediato tomemos nossa intuição como necessariamente verdadeira. Nesse sentido não é o caso que o que distingue nossas intuições racionais é o fato delas possuírem uma relação de necessidade com a verdade.

Poderíamos então supor que o que torna nossas intuições racionais distintas de outros tipos de intuições é sua fenomenologia, algo que faz com que intuições com caráter epistêmico e intuições comuns pareçam semelhantes é o fato de possuirmos um sentimento de não sabermos de “onde elas vêm”. Para Goldman é um problema se considerarmos que as intuições comuns e as intuições racionais possuem a mesma origem pois isso retira seu valor probatório. Se passarmos a compreender as intuições a partir de sua origem psicológica podemos evitar esse problema. De acordo com Goldman, “a origem inconsciente parece uma base promissora para contrastar essas classes de intuições” (GOLDMAN, 2007, p. 11. Tradução minha). Poderíamos dizer que as faculdades envolvidas quando temos intuições logísticas ou intuições aritméticas são diferentes e que por termos uma variedade de faculdades parece que as faculdades envolvidas nas intuições racionais são diferentes daquelas intuições que temos ao prever que irá chover, deste modo, diferentes intuições possuem diferentes origens. Porém o que nas intuições no sentido fregeano faz com que elas sejam confiáveis? O próprio Bealer quando endossa que a posse determinada de conceitos é apenas possível, se essa posse de conceitos não é provável ou ainda garantida, não é compreensível que devamos confiar nas intuições nesse sentido. Sendo assim não é compreensível como que as intuições, nesse sentido poderiam evitar que pessoas diferentes tenham intuições diferentes, como podemos ver nos experimentos realizados pelos filósofos experimentais.

No que se refere aos conceitos no sentido psicológico, Goldman supõe que os alvos da análise filosófica sejam conceitos, no sentido em que o conceito é fixado no indivíduo, como uma representação mental, que está somente na

cabeça do próprio indivíduo. O que não prejudica os conceitos que pertencem a um grupo cultural. Quando uma pessoa intui que os casos de tipo Gettier não são um exemplo de conhecimento, não é um conceito pessoal de conhecimento, mas os epistemólogos têm a liberdade de tomar o conceito como evidência relativa ao conceito psicológico, por cada indivíduo ter o conceito de conhecimento. Possuir um conceito, nesse sentido, faz com que tenhamos crenças e intuições de acordo com o conceito que possuímos. Goldman diz que, "Se o conteúdo do conceito F de alguém implica que F se aplica ao exemplo x, então essa pessoa está disposta a intuir que F quando a questão é levantada em sua mente." (GOLDMAN, 2007, p. 15. Tradução minha)

Embora a resposta de que as os conceitos psicológicos são fixos aos próprios indivíduos possa responder ao problema das intuições como evidência, eles ainda não respondem por completo o problema da diversidade de intuições na filosofia. Uma resposta que poderíamos considerar, complementar aos conceitos psicológicos, é a dos conceitos compartilhados e fixos socialmente. Segundo Goldman, não há uma maneira que seja completamente satisfatória de defender uma visão pública ou comunitária de conceitos como sendo uma visão central. O melhor modo para compreender a variedade de intuições é que elas partem de um conceito psicológico pessoal, e desse ponto de partida são derivados os conceitos compartilhados.

Com relação ao terceiro desafio Goldman endossa que deve haver alguns procedimentos que são básicos e que não necessitam de calibração, essas fontes básicas são nossas faculdades mentais, que são amplamente aceitas pelos epistemólogos como fontes de evidência. Essas fontes são consideradas básicas precisamente por não termos nenhum método de calibração para estabelecer sua confiabilidade. Se aceitamos a crítica de que as intuições necessitam de calibração, analogamente estamos alegando que todas as fontes básicas precisam de calibração. Todavia, se pensarmos, por exemplo, que as formas de acesso que temos ao passado dependem da memória que é considerada uma *fonte básica*, e aceitamos a necessidade de uma calibração de todas as nossas *fontes básicas*, cairíamos assim em uma forma de ceticismo geral.

Se aceitamos a defesa de Goldman de que as intuições podem ser evidências confiáveis para a atividade filosófica, sobretudo no sentido psicológico, ainda devemos nos questionar qual o mandado das intuições. De modo geral as intuições estão ligadas a uma perspectiva racionalista, Goldman por outro lado pretende uma perspectiva naturalista das intuições. O que o autor confiabilista pretende é conciliar uma perspectiva *a priori* com o naturalismo. Muitos filósofos naturalistas, sobretudo a partir de Quine rejeitam o mandado *a priori,* Goldman por outro lado endossa uma perspectiva naturalista onde a justificação sobrevêm de processos psicológicos responsáveis pela crença, pensemos aqui nos processos lógicos e matemáticos, por exemplo (2007).

3.2.1. Questões de Primeira e Segunda Ordem.

Embora não seja incomum os filósofos recorrem ao conceito de evidência, tal prática ainda é deveras controversa no debate entre epistemólogos. De acordo com Goldman, as intuições são estados mentais espontâneos ou não-inferenciais ou ainda, que não são produzidos por processos inferenciais conscientes, para compreendermos seu status evidencial é necessário fazermos uma distinção entre perguntas de primeira ordem e perguntas de segunda ordem.

No que se refere a perguntas de primeira ordem, Goldman nos apresenta alguns exemplos:

> As intuições, ou julgamentos intuitivos, são evidenciais? Qual é a sua qualidade ou força evidencial? Para quais proposições ou hipóteses são boas evidências? Para quem eles são boas evidências (apenas seus súditos ou outras pessoas também)? Que tipo de evidência as intuições têm ou conferem: evidência empírica ou evidência *a priori*?(GOLDMAN, 2010, p. 117. Tradução minha.)

As questões de segunda ordem, por sua vez, dizem respeito aos processos envolvidos na constatação da evidência, de acordo com Goldman:

> Existe evidência (boa evidência?) Para o status evidencial de primeira ordem das intuições? Se ainda não temos evidências suficientes para o status evidencial de primeira ordem das intuições, como devemos coletar evidências sobre o status de primeira ordem das intuições? (GOLDMAN, 2010, p. 117. Tradução minha.)

Em sua obra *“Philosophical Naturalism and Intuitional Methodology”* de 2010, Goldman define o que para o autor é o sentido mais confiável de evidência nos termos de “X é evidência de Y se e somente se X for um indicador confiável da verdade/existência de Y”. Nesse sentido podemos afirmar que um estado mental pode ser um indicador confiável de verdade, parecer me lembrar que comi granola no café da manhã pode ser um indicador de que comi granola no café da manhã, embora como já mencionado nem todo estado mental se qualifica como boa evidência. No entanto intuir que p, parece um bom indicador de confiabilidade para uma certa classe de intuições (GOLDMAN, 2010).

A confiabilidade de uma intuição para Goldman está ligada ao indicador de evidência, digamos que ao olhar para um relógio que indique que são 16 horas e 40 minutos (e esse relógio esteja no fuso-horário correto) teremos uma indicação confiável de que são 16 horas e 40 minutos no fuso-horário em que estamos. Para podermos afirmar que essa leitura do horário é um indicador de confiabilidade ela passa por processos anteriores a leitura do relógio. Algumas questões podem ser levantadas, por exemplo, se o relógio foi ajustado recentemente, se foi ajustado corretamente, ainda podemos nos questionar se o relógio não teve o fuso-horário alterado, nesse sentido os processos passados indicam a leitura atual do relógio. Se soubermos que algum processo distorceu a hora real do relógio esse então não será um bom indicador de confiabilidade. Os processos que levam a evidência aqui são processos de segunda ordem que pretendem chegar em uma evidência de primeira ordem, a saber, a hora verdadeira.

Uma perspectiva negativa da filosofia experimental aponta para a instabilidade das intuições. O argumento dos filósofos experimentais que defendem que as intuições não são confiáveis é baseado em uma suposta influência de fatores filosoficamente irrelevantes. Esse argumento é importante para a teoria confiabilista de Goldman na medida que “itens do tipo X são influenciados por fatores irrelevantes para Y desafia a tese de que itens do tipo X são indicadores confiáveis de Y” (2010, p. 122.Tradução minha). Quando consideramos os dados levantados pelos filósofos experimentais, os dados parecem querer apontar que quando os grupos divergem em respostas uma parte desse grupo deve estar errada. Em um caso onde 50% dos agentes

respondem A e os outros 50% respondem B, os dados sugerem que 50% dos agentes estão errados.

No entanto, de acordo com Goldman, o desafio traçado pelos filósofos experimentais é uma questão de segunda ordem. O uso das intuições na filosofia trata-se de proposições para as quais essas fontes são consideradas evidência, todavia não é compreensível quais proposições são interessantes para a filosofia. Na medida em que filósofos negam ou afirmam alguma evidência das intuições, eles estão negando/afirmando que as intuições são evidência de alguma proposição de interesse filosófico. Por exemplo, Fulano intui que fazer X é moralmente condenável, X é uma evidência para afirmar que uma ação é condenável, entretanto não há consenso entre os filósofos se X corresponde a um assunto de interesse filosófico. Para compreendermos se as intuições possuem valor evidencial é necessário decidir quais proposições são de interesse filosófico.

Para Goldman uma intuição pode não ter como conteúdo a proposição da qual ela pretende ser evidência em todos os casos que se pretende, embora seja o mais provável. O argumento de Goldman afirma que o desacordo apontado pelos filósofos experimentais presente em diferentes grupos sociais não aponta necessariamente discordância de intuições, mas uma discordância verbal. Nesse sentido Goldman afirma que, “discordâncias verbais podem ou não refletir discordâncias intuitivas sobre uma e a mesma proposição, porque as intuições de sujeitos diferentes podem ter conteúdos proposicionais diferentes” (2010, p. 124.Tradução minha).

É importante ressaltar que a defesa de Goldman ao uso de intuições se refere às intuições de classificação, o uso das intuições para classificar propriedades, conteúdo dos conceitos[30], universais, entre outros. Tais grupos possuem critérios e padrões que selecionam e corrigem determinadas instâncias. Goldman divide dois grupos de classificadores, o primeiro, pessoas específicas ou grupo de pessoas específicas, e o segundo, os classificadores oscilantes (*free-floating classifiers*). O primeiro tipo de classificadores refere-se

[30] O termo “conceito” é utilizado por Goldman de forma ambígua, o termo refere-se aqui tanto a estados mentais necessários, quanto ao conteúdo desses estados mentais.

ao conteúdo do conceito de uma pessoa e que tal pessoa associa ao termo F. Por exemplo uma pessoa em língua portuguesa brasileira associa um conteúdo ao termo “caneta”. Para Goldman esse conteúdo é uma condição suficiente que algo deve atender para se qualificar enquanto “caneta”. Há também os classificadores específicos de uma comunidade, por exemplo, podemos estar interessados em saber o significado de “caneta” em português brasileiro, ou seja, em todo um grupo de falantes de português brasileiro. Podemos notar que uma mesma palavra pode ter diferentes significados para diferentes grupos, por exemplo, a palavra colher pode ter um significado diferente para um grupo de chefs de cozinha ou para um grupo de agrônomos. Nesse sentido os classificadores específicos de uma comunidade são responsáveis por estados e disposições que são relacionadas a comunidade relevante. O outro tipo de classificadores, os classificadores oscilantes, incluem universais, tipos (naturais e não-naturais), propriedade, e assim por diante. A sua natureza não depende do seu status intencional no estado mental das pessoas.

Os classificadores possuem um papel importante na prática filosófica, quando pretendemos apresentar uma teoria, seja ela, de causalidade, justiça ou teoria do conhecimento, estamos tentando descobrir quais as condições suficientes para saber que P. Digamos que eu tenha preferência por uma teoria filosófica, e que pessoas diferentes associam conteúdos filosóficos de forma diferente. Quando questionamos se eu tenho conhecimento de um caso específico, eu usarei meu conceito de conhecimento A1, enquanto outro classificador usará seu conceito de conhecimento A2, se eu faço um julgamento positivo e o outro classificador faz um julgamento negativo diríamos que nossas intuições são contraditórias, e nesse sentido uma delas deve estar errada[31]. Mas se pensarmos que estamos considerando proposições diferentes não parece o caso que um necessariamente esteja errado, “cada um pode responder corretamente em termos de seu próprio conceito, ou concepção, de saber” (GOLDMAN, 2010, p. 126.Tradução minha).

Todavia o problema não é tão simples, quando uma pessoa é questionada por exemplo, sobre se a escravidão é justa, a resposta se refere a própria justiça

[31] Pensemos aqui na necessidade lógica da lógica tradicional aplicada a proposições contrárias.

e não ao seu conceito pessoal de justiça. Nesse sentido sua resposta se refere a um classificador oscilante e não a um classificador específico. Quando as pessoas afirmam que intuições são evidências, estão afirmando que um sujeito ao intuir que P é uma instância de justiça é o caso que P é uma instância de justiça. Isso sugere que é muito provável que a intuição do sujeito esteja em consonância com seu próprio conceito de justiça. Tal resposta não é suficiente para apoiar o uso do termo intuição para alguns autores, por esse motivo muito autores afirmam um paralelo entre as intuições e a percepção. Nesse caso se o agente parece ver que P, então é o caso que P.

Goldman propõe duas tarefas para uma classificação adequada, (a) adquirir o entendimento apropriado do caso, (b) compreender adequadamente o classificador em questão. O importante para o autor é adquirir uma compreensão dos classificadores oscilantes, uma vez que devem ser alcançadas todas as classificações habituais da filosofia, como, conhecimento, causalidade, identidade pessoal. As abordagens para esse problema podem ser entendidas da seguinte forma; a abordagem racionalista, que defende uma perspectiva *a priori* onde a composição dos objetos é compreendida pelo intelecto. Para Goldman há um passo nessa perspectiva que se apresenta como um mistério, pois os autores recorrem a uma relação entre sujeito e objeto que não é possível no que se refere às intuições, pois a intuição é desconhecida pela ciência. Ainda se pode dizer que na perspectiva empirista consiste no acesso dos classificadores oscilantes evidentes por vias empíricas, como na perspectiva de tipos naturais de Kornblith, todavia alguns questionamentos poderiam ser levantados a essa abordagem que ainda não foram esclarecidos, por exemplo, por que deveríamos assumir que as pessoas possuem compreensão precisa da natureza da composição dos objetos? Se por acaso eles não tiverem essa compreensão como a classificação de casos hipotéticos sugeriria uma resposta confiável?

Consideremos então os classificadores específicos da comunidade, consideramos aqui os significados linguísticos que são fixados pelo conteúdo específico da linguagem utilizada em um idioma. As comunidades linguísticas atribuem um certo grau maior de justificação a especialistas, um problema que ainda poderíamos encontrar aqui é que o acesso de um indivíduo não é direto a

esta entidade socialmente compartilhada. Goldman oferece uma resposta a esse problema, para o autor os conceitos individuais são formados a partir da interação entre os indivíduos.

Voltemo-nos então para a questão central desta dissertação, qual é o tipo de hipótese para qual a intuição é evidência? De acordo com Goldman, podemos formular que:

> "O caso C atende às condições de satisfação de F", onde F é o significado comunitário do predicado consultado. Essa forma de hipótese também é o conteúdo da intuição do sujeito; é o que a pessoa intui. Eu argumentei anteriormente que estados intuitivos podem ser evidências de proposições que não sejam a verdade de seus conteúdos. Mas seu conteúdo proposicional também continua sendo um bom candidato a hipótese de que é evidência." (2010, p. 130.Tradução minha)

Nesse sentido podemos afirmar que as boas condições para que um agente tenha intuições sobre, por exemplo, conhecimento, envolvem saber o significado de "saber" na comunidade linguística relevante, ter um contato (cognitivo) com a representação mental de "saber" no sentido relevante, comparar seus conhecimentos sobre "saber", e eleger um sentido de "saber" que seja próximo daquele sentido adotado pela comunidade relevante.

O naturalismo de Goldman ainda pressupõe um importante papel a ser desempenhado pela ciência no status probatório das intuições. A identificação dos processos justificatórios de uma intuição são importantes para compreendermos como são produzidos os julgamentos de classificação, estes que são evidências de segunda ordem. Há vários estágios envolvidos em um processo de julgamento, Goldman distingue os *processos preparatórios* (preparatory process) e os *processos constitutivos.* Em um caso hipotético o *intuiter* deve primeiro interpretar a pergunta que está sendo feita, em seguida deve interpretar a descrição do caso e se o conceito central ou ainda principal tiver diversos significados o *intuiter* deve identificar por processos linguísticos ou pragmáticos o sentido relevante. Pensemos num caso hipotético em que Camila afirma que Lorena "sabe" que a sua frente está um vaso com a flor antúrio, todavia Camila recebe a informação de que Lorena nunca viu um antúrio e não saberia diferenciar um antúrio de uma flor copo-de-leite, a partir dessa informação Camila não está mais inclinada a afirmar que Lorena possui

conhecimento. O processo de classificação equivocado do conhecimento ocorre na fase que Goldman chama de processo preparatório.

É necessário compreendermos os processos psicológicos inerentes à posse dos conceitos e sua categorização antes de nos aprofundarmos nos processos de classificação. Uma das teorias da posse dos conceitos endossa a perspectiva de que o armazenamento na memória de um conjunto de exemplos que se enquadram na mesma categoria, por exemplo a categoria "café" é composta pelos exemplos de café que foram adicionados a categoria café ao longo da vida. Tal processo ocorre através da recuperação de memória que seleciona aqueles fatores que chamam a atenção do agente. Entretanto essa compreensão dos conceitos poderia acarretar em problemas, como no conhecido experimento da filosofia experimental que aponta que a ordem de apresentação dos casos pode influenciar no emprego de conhecimento em variações do caso *Truetemp*, ainda poderíamos cair em uma zona irregular na medida em que os conceitos se modificariam a cada exemplo de café apresentado. Uma outra abordagem dos conceitos é chamada de teoria-teoria (*theory-theory*) segundo a qual o exemplo possui toda a informação armazenada nos nossos conceitos. Há ainda autores que defendem uma perspectiva híbrida, nessa perspectiva os conceitos possuem dois tipos de informações, um procedimento de identificação e um núcleo. Para Goldman as três perspectivas dos conceitos podem incorrer em erros.

Para Goldman devemos compreender a posse dos conceitos de maneira disposicional. Nesse sentido a disposição para classificar um conceito é constitutiva do conteúdo do conceito envolvido, se o sujeito for competente, sua classificação será *a priori*, e o conteúdo empírico se torna irrelevante:

> A posse de conceito, nessa visão, consiste em ter disposições para ordenar ou classificar coisas. É uma verdade necessária ou *a priori* que, se alguém está disposto a classificar certas coisas como Fs e outras como não-Fs, todas as coisas que ele classificaria como F são Fs (de acordo com seu conceito de F, de qualquer forma) e todas as coisas que ele classificaria como não-Fs são não-Fs (de acordo com seu conceito). Portanto, não há espaço para erro - desde que nos atermos ao conceito F (ou F) do indivíduo que faz a classificação.(GOLDMAN, 2010, p. 135 .Tradução minha)

Goldman sugere que pensemos que os dados da noção de posse de conceitos que consideramos, as intuições possuem 0,60 ou 0,70 de confiabilidade, o que claramente é superior a 0,50 (o que indica sua validade). (p. 136, 2010). Pode-se afirmar que esses dados tanto poderiam ser utilizados para reivindicar o uso das intuições quando para desafiar seu papel probatório.

Uma questão sócio-epistêmica deve ser adicionada aqui, se as intuições de um grupo convergem há uma maior probabilidade da intuição do grupo ser verdadeira. Nesse sentido podemos pensar que na medida em que o grupo aumenta, as chances de se extrair uma intuição verdadeira são maiores que a de um único indivíduo. Devemos então nos questionar quanto às implicações dessa perspectiva sócio-epistêmica para a prática filosófica? De acordo com Goldman, para afirmarmos que P é verdadeiro há dois pressupostos para que consideremos que S possui o conceito P. Por posse de *evidência básica* afirma-se que "Se S está em um estado mental consciente em t que é um estado evidencial, então S possui essa evidência em t."(GOLDMAN, 2010, p. 137.Tradução minha). Enquanto por posse de *evidência não básica*, Goldman endossa que: "Se a proposição p é verdadeira e S acredita justificadamente que p em t, então S possui p como um item de evidência em t." (GOLDMAN, 2010, p. 137). Pode-se dizer que uma *evidência básica*, não dá conta de um caso coletivo. Todavia é possível ter uma crença justificada após receber um testemunho coletivo, nesse sentido o indivíduo possui uma *evidência não básica*.

No seu artigo *"A priori warrant and naturalistic epistemology" publicado em 1999,* Goldman apresenta uma perspectiva naturalista compatível com o conhecimento *a priori.* A noção de *a priori* é tida tradicionalmente pelos filósofos racionalistas como um tipo de conhecimento, e por vezes, como um tipo de verdade, Goldman por outro lado compreende o *a priori* como um mandado ou um tipo de justificação. Nesse sentido, uma crença *a priori* pode não ser verdadeira e por conseguinte não ser um conhecimento. E ainda põe em segundo plano a ideia da implicação de necessidade na verdade de crenças com justificação *a priori*.

Como é tradicionalmente compreendido, o *a priori* pode não ser compatível com o naturalismo, há seis características, de acordo com Goldman, que são associadas ao conhecimento ou mandado *a priori* , são elas:

> (1) uma fonte ou base não-experiencial, isto é, não-perceptiva,
> (2) necessidade,
> (3) um objeto abstrato, objetos eternos,
> (4) infalibilidade,
> (5) certeza e
> (6)irrevisibilidade racional (incorrigibilidade). (GOLDMAN, 1999, p. 4-5.Tradução minha).

De acordo com Goldman, a primeira dessas características, ter uma fonte não experiencial é inquestionavelmente essencial para um mandado *a priori*. A segunda característica, sobre a necessidade, Goldman não estabelece um comprometimento. A terceira característica, embora Goldman adote que não sejam tópicos que possuem garantia *a priori*, o autor não adota a característica de ser um objeto abstrato como necessária. Com relação às outras três características, Goldman rejeita que um mandado *a priori* deve possuir tais características, existe uma série de casos em que havíamos garantia *a priori* e que foram reconhecidas como falsas por avanços nas investigações.

Embora Goldman esteja convencido do mandado *a priori* das intuições o autor não está em conformidade com a afirmação dos racionalistas que a metodologia filosófica deva ser puramente *a priori*. Goldman sugere em seu artigo de 1999 que as intuições não fornecem garantia *a priori*, pois os filósofos não estão apenas interessados em seus conceitos como apontado na crítica de Kornblith, os relatos verbais das intuições de filósofos e não filósofos devem ser observados empiricamente. Nesse sentido as evidências intuitivas assumem uma aparência empírica.

No seu artigo publicado em 2010, Goldman aponta que embora a distinção clássica entre *a priori* e *a posteriori*, seja um reforço ao endosso do método de poltrona. Essa distinção é passível de controvérsias, poderíamos pensar no modelo do “processo dual”, adotado por Jonathan Haidt e Joshua Greene, que distingue níveis de processamento da informação. Se pensarmos no método comumente utilizado pelos filósofos de consultar seus alunos e colegas sobre casos hipotéticos, como o testemunho chega ao agente por meios perceptivos, esses dados são considerados *a posteriori*, e esse método é considerado relevante para o status justificatório da intuição. Nas palavras de Goldman:

> Estou levantando dúvidas sobre a afirmação de que os julgamentos de classificação têm status a priori. Mas não estou insistindo nisso. Em particular, estou preparado para admitir que os julgamentos de classificação têm status em parte a priori, decorrentes do caráter raciocinativo dos principais processos que influenciam o julgamento de classificação. É uma concessão estranha de um naturalista filosófico auto-proclamado? É um abandono de escrúpulos naturalistas? Não tão. Como argumentado em (Goldman 1999a), um mandado a priori não precisa ser totalmente anátema ao naturalismo. É apenas um status que surge de uma certa classe de processos cognitivos. Contudo, à luz de nossas observações anteriores sobre o "novo" *a priori* - que admite a falibilidade e não reivindica a força evidencial extraordinária - os naturalistas têm muito menos motivos para criticá-la ou resistir. Os naturalistas suspeitam do *a priori* em parte em virtude de suas reivindicações historicamente "elitistas", especialmente sua reivindicação de infalibilidade. Como os *a prioristas* recentes reduziram substancialmente suas reivindicações e sua retórica, há muito menos motivos para resistência. (GOLDMAN, 2010, p. 142-143. Tradução minha.)

Embora os filósofos naturalistas de modo geral, se apresentem enquanto céticos a uma perspectiva *a priori que possui uma fenomenologia especial,* Goldman aponta que parece ser necessário uma certa criatividade para colocarmos as intuições da matemática e da moralidade na mesma unidade fenomenológica. Goldman sugere que a tradicional dicotomia *a priori/ a posteriori* deva ser superada, sobretudo a noção de que um conhecimento deve ser ou *a priori* ou *a posteriori*, não podendo ser os dois. Para o autor é necessária uma epistemologia que coloque as duas fontes de garantia em uma base mais equilibrada. “Quais são os tipos mais adequados ou mais úteis de evidência de segunda ordem: empírica ou a priori?” (GOLDMAN, 2010, p.117.Tradução minha).

CONCLUSÕES FINAIS

Os debates acerca dos aspectos peculiares das intuições são diversos, dos quais algumas perspectivas foram desenvolvidas ao longo desse trabalho com o objetivo de fundamentar a defesa das intuições enquanto confiáveis para a atividade filosófica, são eles: (a) acerca da autonomia e autoridade da filosofia com relação às ciências empíricas, (b) dos aspectos mentalista/extra mentalista endossados pelos proponentes das intuições, (c) das características ontológicas da intuição, (d) do nível justificatório das intuições. Uma vez esclarecidas as diferentes perspectivas relacionadas aos pontos supracitados, possamos concluir que, apesar de controverso, o papel que as intuições desempenham enquanto evidências de premissas de argumentos filosóficos se mantenha assegurada.

A linha que seguimos para compreender o papel que a intuição desempenha na atividade filosófica percorre alguns pontos, que visam desmistificar o propósito de alguns autores na adoção/negação das intuições, tais pontos são: (1) a defesa de Bealer da autonomia e autoridade da filosofia com relação às ciências experimentais, (2) a conclusão de Kornblith de uma dependência e subordinação da filosofia em relação às ciências, (3) em um caráter negacionista das intuições vimos com Cappelen, Papineau e a alguns filósofos experimentais que negam o caráter evidencial desempenhado pelas intuições, (4) e no último capítulo apresentamos uma perspectiva moderada que pode ser notada nas perspectivas de Levin, Sosa e Goldman, onde as intuições desempenham um papel continuo com a ciência, “abrimos mão” de sua autoridade para defender uma igualdade em força justificatória, e assim uma autonomia.

O uso de intuições é passível de críticas seja em defesas mentalistas, seja em perspectivas extra-mentalistas. Nas teorias mentalistas ou internalistas, como defendido por Bealer, a intuição é utilizada como evidência sobre um conceito ou teoria, um problema presente nessa perspectiva é a variação na aplicação de um conceito quando há a presença de fatores irrelevantes que influenciam a tomada de decisão. O desafio para os proponentes das teorias extra mentalistas e externalistas, e aqui nos referimos a Kornblith e Papineau, é

que em cada caso as intuições dos indivíduos podem divergir de acordo com fatores irrelevantes, o que os leva a caracterizar as intuições enquanto fontes não confiáveis de evidência. Sosa e Goldman sugerem uma perspectiva externalista/extra-mentalista onde aspectos verbais são considerados para evitar problemas de variabilidade que desafiam o caráter probatório das intuições.

Tratamos também do caráter ontológico da intuição, as perspectivas intuicionistas podem ser compreendidas de dois modos, de um lado os autores que endossam as intuições enquanto posse de conceitos e de outro o apoio aos tipos naturais (ou ainda tipos platônicos). Bealer e Goldman defendem uma perspectiva onde as intuições expressam os conceitos ou teorias que os agentes entretêm em sua mente, desse modo pode se dizer que se um agente intui que p implica que o agente aplica o conceito p à categoria intuída. Enquanto Kornblith e Papineau, por outro lado, defendem uma perspectiva de que as intuições expressam a natureza daquilo que há no mundo, e não apenas os conceitos dos filósofos sobre esses conceitos.

O caráter ontológico que um autor endossa é extremamente importante para compreender qual o nível de confiabilidade esse autor irá empregar ao uso de intuições na prática filosófica. A justificação das intuições pode ser, *prima facie, secunda facie, a priori ou a posteriori.* Para Bealer as intuições possuem um caráter *prima facie*, pois estão justificadas enquanto fontes básicas de conhecimento e *a priori* na medida em que não necessitam de dados da experiência pois a verdade de uma intuição se dá a partir da posse adequada dos conceitos. Kornblith no entanto aponta que o papel da filosofia é investigar a natureza dos conceitos e não o modo como os filósofos aplicam esses conceitos e nesse sentido o autor defende uma perspectiva onde as intuições são *prima facie* pois tratam sobre resultados óbvios no estudo de um fenômeno entretanto estas são *a posteriori* pois se referem a julgamentos que são independentes das teorias e que podem ser modificados ao decorrer dos avanços científicos. Sugerimos a partir dos argumentos de Goldman e Levin um perspectiva naturalista moderada pois as intuições assumem aqui a característica de fontes básicas de conhecimento, que justificam e não necessitam e justificação, o aspecto em Goldman e Levin que sugere um status justificatório para as intuições que é peculiar a suas teorias é o endosso de que

as intuições possuem dois níveis de justificação. As intuições nesse sentido são *prima facie* e podem possuir uma justificação *secunda facie*.

Os desafios céticos traçados ao uso das intuições enquanto um instrumento confiável para a evidência de premissas de argumentos filosóficos podem também ser divididos em dois, de um lado a perspectiva eliminativista das intuições defendida por Cappelen e as perspectivas de alguns filósofos experimentais que pretendem negar o papel desenvolvido pelas intuições, e de outro Papineau e Kornblith que minimizam o status probatório das intuições. Cappelen levanta uma série de argumentos que apontam que os filósofos não confiam amplamente, como estes afirmam, em intuições, e que tal endosso se dá de forma de fundo irrefletida. Os filósofos experimentais, para afirmar que os filósofos não devem confiar nas intuições, alertam para casos em que as intuições são influenciadas por fatores filosoficamente irrelevantes, tais como a ordem de apresentação dos casos e as divergências que ocorrem de cultura para cultura. Papineau no entanto argumenta contra o endosso *a priori* das intuições, devido aos avanços científicos trazerem informações que não podem ser concluídas *a priori*, e que se então as intuições forem consideradas *a posteriori* estas perderiam o interesse para a filosofia.

Os desafios céticos são de extrema importância pois ao fim e ao cabo são estes que norteiam o caráter positivo das intuições. Sugerimos algumas respostas a estes argumentos na tentativa de salvaguardar o status probatório das intuições. Embora não haja consenso entre os filósofos quanto ao uso das intuições, é um fato que quando os filósofos recorrem às intuições eles não estão recorrendo às intuições cotidianas, e ainda mesmo não havendo acordo uma boa parte dos estudiosos das intuições reivindicam certas características ou ainda requisitos para afirmar que as intuições são um instrumento confiável. Quando ao desafio traçado pelos filósofos experimentais, Goldman e Sosa pressupõem divergências não acerca das teorias, mas diferenças na posse dos conceitos e desse modo quando os filósofos possuem intuições divergentes isso sugere que os conceitos que estes filósofos entretêm em suas mentes são diferentes e não se referem às mesmas proposições, sendo assim as divergências não são genuínas. No que se refere a crítica de Papineau poderíamos nos questionar por que ao considerarmos as intuições enquanto

sintéticas trariam algum avanço para o conhecimento filosófico e ainda se ao mudarmos nossas teorias por influências *a posteriori* haveriam de fato mudanças em nossa vida cotidiana.

Embora sejam sugeridas aqui alternativas aos desafios céticos ao status evidencial das intuições, não é nosso objetivo minimizar ou ainda descartar tais desafios. O que pretendemos colocar é que há alguns motivos para considerarmos que as intuições constituem evidência genuína para os objetivos que os filósofos possuem, pelo menos em alguns casos. Nesse sentido podemos afirmar que a teoria de Goldman que pretendemos adotar é tanto compatível com uma posição tradicionalista que adota o uso de intuições na filosofia. Todavia ao mesmo tempo Goldman sugere que evidências de segunda ordem são necessárias para legitimar a metodologia intuitiva, o que inclui as evidências da ciência empírica. O que, no entanto, vai contra a filosofia tradicional e se aproxima das perspectivas naturalistas.

Fica explícita no decorrer dos anos (especialmente em sua teoria das intuições) a insatisfação de Goldman com a distinção *a priori/ a posteriori*, para o autor a falta de preocupação dos filósofos com a literatura psicológica aponta uma dicotomia simplista entre as fontes epistêmicas. A literatura da psicologia moral apresenta caminhos distintos que poderíamos tomar com relação às fontes de crenças, poderíamos pensar aqui em autores como Jonathan Haidt e Joshua Greene, que defendem um modelo de processamento das informações de forma dual, de acordo com os autores possuímos um sistema de julgamento intuitivo e um sistema racional/deliberativo ou ainda na distinção entre julgamento consciente e não consciente. Para Goldman as perspectivas psicológicas poderiam produzir percepções mais frutíferas para compreender os métodos e mecanismos cognitivos. Se concluirmos com Goldman e Sosa que a garantia *a priori* não dá para a filosofia um caráter superior, ou ainda, não garante uma justificação superior, por qual motivo deveriam os filósofos manter uma distinção onde pouca ou nenhuma informação nova pode se originar de tal?

Para concluirmos, a perspectiva goldmiana de que os julgamentos intuitivos advêm de uma atividade cognitiva não modal, tal afirmação não iria contra a metodologia da filosofia de modo geral. Como Goldman afirma a metodologia filosófica possui dois níveis, o primeiro nível engloba fazer

julgamentos de classificação acerca de crenças alvo, e o segundo participar de investigações de segunda ordem que servem como uma garantia da confiabilidade das intuições de primeira ordem. Para Goldman as investigações de segunda ordem são típicas da atividade filosófica. O filósofo tem como obrigação examinar o valor e a adequação das conclusões de primeiro nível, e os filósofos devem se utilizar de todos as ferramentas que estiverem à sua disposição, o que inclui as ferramentas científicas.

Em todas as profissões os agentes devem procurar por justificativas para acreditar nas conclusões alcançadas, metodologias bem justificadas e que apoiem as evidências relevantes. Enquanto filósofos devemos procurar estar justificados em acreditar que a maioria dos julgamentos filosóficos é confiável. Se para garantir a confiabilidade de argumentos filosóficos podemos nos apoiar em evidências científicas existentes, que assim façamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS PRIMÁRIAS

BEALER, G. The Philosophical Limits of Scientific Essentialism. Philosophical Perspectives, v. 1, p. 289 – 365, 1987.

_____. Intuition and the autonomy of Philosophy. In DEPAUL, M. RAMSEY, W. Rethinking Intuition: The Psychology of Intuition and Its Role in Philosophical Inquiry. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 1998.

_____. A priori. In. GRECO, John. SOSA, Ernest. *Compêndio de Epistemologia.* São Paulo: Loyola, 2012.

BRENDEL, E. Intuition Pumps and the Proper Use of Thought Experiments. Dialectica, v. 58, n 1, p. 89 – 108, 2004.

BUCKWALTER, W. STICH, S. Gender and Philosophical Intuition. In. KNOBE, Joshua. NICHOLS, Shaun. Experimental Philosophy: volume 2. New York: Oxford University Press, 2014.

CAPPELEN, H. *Philosophy without Intuitions*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

HORVATH, J. WIEGMANN, A. Intuitive expertise and intuitions about knowledge. Publicação online, paginação irregular, 2016.

GOLDMAN, A. *Epistemologia Naturalista e Confiabilismo*. Cad. Hist. Fil. Ci., Campinas, s. 3, v.8, n.2, p.109-145, 1998.

_____. A priori warrant and naturalistic epistemology. Philosophical Perspectives, v. 13, Epistemology, 1999.

_____. *Philosophical Intuitions: Their Target, Their Source, and Their epistemic status.* Grazer Philosophische Studien, Netherlands, v. 74, n. 1, p. 1–26, 2007.

_____. *Philosophical Naturalism and Intuitional Methodology.* American Philosophical Association, v. 84, n. 2, p. 115- 150, 2010.

_____. Toward a synthesis of reliabilism and evidentialism? Or: evidentialism's troubles, reliabilism's rescue package. In DOUGHERTY, T. Evidentialism and its Discontents. New York, Oxford University Press, 2011.

GOLDMAN, A. PUST, J. Philosophical Theory and Intuitional Evidence. In DEPAUL, M. RAMSEY, W. Rethinking Intuition: The Psychology of Intuition and Its Role in Philosophical Inquiry. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 1998.

KORNBLITH, H. The role of intuition in Philosophical Inquiry: an account with no unnatural ingredients. In DEPAUL, M. RAMSEY, W. Rethinking Intuition: The Psychology of Intuition and Its Role in Philosophical Inquiry. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 1998.

_____. Naturalism and intuitions. Grazer Philosophische Studien, v. 74, p. 27–49, 2007.

LEVIN, J. The evidential status of philosophical intuitions. Philosophical Studies, v. 121, p. 193 – 224, 2004.

_____. Can Modal Intuitions be Evidence for Essentialist Claims? Routledge: Taylor and Francis Group, v. 50, n. 3, p. 253–269, 2007.

_____. Experimental Philosophy. Analysis Reviews, v. 69, n. 4, p. 761–769, 2009.

_____. Armchair methodology and epistemological naturalism. Synthese, v. 190, p. 4117– 4136, 2013.

PAPINEAU, D. A pobreza da análise. Dissertatio, v. 47, p. 287 – 313, 2018.

_____. The nature of a priori intuitions: analytic or synthetic? Publicação online, paginação irregular, 2013.

SOSA, E. A Defense of the use of intuitions in Philosophy. In. BISHOP, M, MURPHY, D. Stich and His Critics, Blackwell Publishers, 2005.

WEINBERG, J. NICHOLS, S. STICH, S. Normativity and Epistemic Intuitions. In. KNOBE, Joshua. NICHOLS, Shaun. Experimental Philosophy. New York: Oxford University Press, 2008.

REFERÊNCIAS SECUNDÁRIAS

AUDI, R. Conhecimento moral e pluralismo ético. In. GRECO, John. SOSA, Ernest. Compêndio de Epistemologia. São Paulo: Loyola, 2012.

BOGHOSSIAN, P. Philosophy without intuitions? A replay to Cappelen. Analytic Philosophy, v. 55, n. 4,p. 368–381, 2014.

CHALMERS, D. Intuitions in philosophy: a minimal defense. *Philosophical Studies*, v. 171, n. 3, p. 535-544, 2014.

_____ The conscious mind: in search of a fundamental theory. Oxford University Press, 1996.

EARLENBAUGH, J. MOLYNEUX, B. If Intuitions Must Be Evidential then Philosophy is in Big Trouble. Studia Philosophica Estonica, v. 2, n. 2, 35 -53, 2009.

DEVITT, M. Relying on Intuitions: Where Cappelen and Deutsch Go Wrong, Inquiry, v. 58, n 7-8, p. 669 - 699, 2015.

FELDMAN, R. CONEE, E. Some virtues of evidentialism. Veritas, v. 50, n. 4, p. 95 - 108, 2005.

GETTIER, E. Is Justified True Belief Knowledge? Analysis, v. 23, n. 6, p. 121-123, 1963.

HAIDT, J. A mente moralista: Por que pessoas boas se separam por causa da política e da religião. Tradução: Antônio Kuntz, Publicação online, 2013.

_____. The Emotional Dog and Its Rational Tail: A Social Intuitionist Approach to Moral Judgment. Psychological Review, v. 108, n. 4, p. 814-834, 2001.

HINTIKKA, J. The Emperor's New Intuitions. The Journal of Philosophy, v. 96, n. 3, p. 127-147, 1999.

JACKSON, F. Epiphenomenal Qualia. The Philosophical Quarterly, v. 32, n. 127, p. 127-136, 1982.

KNOBE, J. NICHOLS, S. An Experimental Philosophy Manifesto. In KNOBE, J. NICHOLS, S. Experimental Philosophy. Oxford University Press, 2008.

KORNBLITH, H. Knowledge and its place in nature. Clarendon Press Oxford, 2002.

KRIPKE, S. A. *O nomear e a necessidade*. Gradiva, 2012.

LAKE, P. S. Intuitionism in Ethics. Stanford, 2014. Disponível em: https://plato.stanford.edu/entries/intuitionism-ethics/ . Acesso em 08 de julho de 2020.

LUZ, A. M. *Conhecimento e Justificação: Problemas de Epistemologia Contemporânea*. Dissertatio Filosofia, Pelotas NEPFIL online, 2013.

LEHRER, K. COHEN, S. *Justification, Truth, and Coherence*. Synthese, v. 55, p. 191-207, 1983.

NAGEL, J. *Knowledge and Reliability*. In MCLAUGHLIN, B. KORNBLITH, H. Goldman and His Critics. Blackwell. UK, 2016.

PAILOS, F. Intuition as Philosophical Evidence. Essays in Philosophy, v. 13, n. 1, p. 296 -309, 2012.

PUTNAM, H. Meaning and Reference. The Journal of Philosophy, v. 70, n. 19, p. 699-711, 1973.

PUST, J. Intuition. Stanford Encyclopedia of Philosophy, Publicação Online, p. 1-33, 2017.

QUINE, W.V.O. *Dois Dogmas do Empirismo*. São Paulo, Abril Cultural, 1975.

_____. *Epistemologia Naturalizada*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

RIBEIRO, C. É o método filosófico baseado na intuição? Principia,v. 21 n.3, p. 411–426, 2017.

RITCHIE, J. Naturalismo. Editora Vozes. 2012.

RODRIGUES, E. A. Confiabilismo em Alvin Goldman. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Filosofia, Santa Maria, 2009.

SKELTON, A. William David Ross. Stanford, 2010. Disponível em: https://plato.stanford.edu/entries/william-david-ross/. Acesso em 28 de julho de 2020.

SOSA, E. Rational intuition: Bealer on its nature and epistemic status. Philosophical Studies, v. 81, p. 151-162, 1996.

TOBIA. K, STICH, S. O Desafio da Filosofia Experimental à “Grande Tradição”. Analytica, v. 20 n. 2, p. 9-40, 2016.

THOMSON, J. A Defense of Abortion. Philosophy & Public Affairs, v. 1, n. 1, p. 69-80, 1971.

_____. The Trolley Problem. The Yale Law Journal. v. 94, 1985.

WILLIANSON, T. The philosophy of philosophy. The Blackwell. 2007.

ZAMZOW, J. NICHOLS, S. Variations in ethical intuitions. Philosophical Issues, v. 19, p. 368 – 388, 2009.